



**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
PREÂMBULO



UASG	CÓDIGO DA UASG: 929472
OBJETO	Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Plano Coletivo Empresarial de Assistência à Saúde, por intermédio de operadora da saúde coletiva empresarial ou seguradora, em âmbito nacional, conforme especificações contidas no Termo de Referência.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/CPB/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:	0141/2026
AMBIENTE ELETRÔNICO	http://www.comprasnet.gov.br/
RETIRADA DO EDITAL	Presencial e/ou por meio de baixa de arquivos digitais pelos endereços eletrônicos: http://www.comprasnet.gov.br/ e www.cpb.org.br
TELEFONE DE CONTATO	(11) 4710 – 4126
INÍCIO DO PRAZO DE ENVIO DE PROPOSTAS ELETRÔNICAS	Dia 20 de Fevereiro de 2026.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE PROCESSAMENTO DO CERTAME	Dia 06 de Março de 2026, às 10h30.

O **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO** torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, em acordo com as disposições contidas neste termo de convocação, no Regulamento de Aquisições e Contratos/RAC, aprovada pela Resolução CPB nº 01 de 03 de abril de 2023, subsidiariamente pela Lei Federal nº 14.133/2021, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73/22 e da Lei Complementar nº 123/2006 e suas atualizações, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “**Compras Governamentais**”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, a ser processada pela Comissão Permanente de Licitação deste Comitê, em conformidade com as disposições deste edital e respectivos anexos.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no SICAF.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br/>, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste





Edital e será conduzido pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados na **Portaria CPB nº 115, de 19 de novembro de 2025** e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. DO OBJETO

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Plano Coletivo Empresarial de Assistência à Saúde, por intermédio de operadora da saúde coletiva empresarial ou seguradora, em âmbito nacional, conforme especificações contidas no Termo de Referência.
- 1.2 A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante do Termo de Referência, anexo I do Edital, devendo o Licitante oferecer proposta para o respectivo grupo.

2. DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro;
- 2.2. Nos termos do artigo 4º, §1º, I, da Lei nº 14.133/21, não será aplicado tratamento diferenciado para ME e EPP, pois trata-se de contratação de serviços em geral, cujo valor estimado é superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.
- 2.3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados na sessão pública do pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- 2.4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico;
- 2.5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 2.6. Não será admitida a participação, neste certame licitatório os interessados:





- 2.6.1. Aquele que não atenda as condições deste Edital e seus anexos;
- 2.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 2.6.5. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 2.6.6. Caso a empresa esteja em processo de recuperação judicial, deverá ser apresentada a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021; 2.6.6. Tenham sido proibidos pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;
- 2.6.7. Que possuam sócios ou funcionários com vínculo empregatício com o Comitê Paralímpico Brasileiro ou com as Entidades de Administração do Desporto; Funcionários que mantenham vínculo direto e indireto (terceirizados) com o Comitê Paralímpico Brasileiro;
- 2.6.8. Que se enquadrem nas hipóteses do artigo 35 do Regulamento de Aquisições e Contratos – RAC do CPB.
- 2.6.9. Que se enquadrem nas hipóteses do artigo 35 do Regulamento de Aquisições e Contratos – RAC do CPB, nas hipóteses não previstas no presente Edital”.
- 2.7. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 2.7.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.
 - 2.7.1.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º





**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

- 2.7.1.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 2.7.1.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas nos subitens 2.7.1 ou 2.7.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.7.1.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 2.7.1.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa e empresa de pequeno porte;
- 2.7.1.6. A falsidade da declaração de que tratam o item 2.7.1 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Regulamento de Aquisições e Contratos do CPB.
- 2.7.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 2.7.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 2.7.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 2.7.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.





- 2.7.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 2.7.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 3.1. **O orçamento estimado da presente contratação será de R\$ 10.332.572,52 (dez milhões, trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).**

4. DAS PROPOSTAS

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, quando solicitado pelo pregoeiro.
- 4.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 4.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.4. O Pregoeiro poderá consultar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 4.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, conforme legislação.
- 4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta.





- 4.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 4.9. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.9.1. **VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM;**
- 4.9.2. Descrição detalhada do objeto, conforme requer este Edital e o Termo de Referência;
- 4.9.3. As propostas devem ser elaboradas por preço único, conforme solicitado na proposta, incluindo todo material necessário, como também toda mão de obra necessária para execução do serviço, seguindo as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (anexo I deste Edital).
- 4.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante contratada;
- 4.10.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 4.10.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.10.2.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.10.2.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário.
- 4.10.3. As informações relativas aos dados pessoais do representante legal, bem como telefone; endereço; e-mails; conta bancária e demais dados exigidos para o "cadastro do fornecedor", deverão estar devidamente atualizadas no momento da apresentação da proposta, quando da convocação.





- 4.11. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 4.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5. DA HABILITAÇÃO

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento
- 5.2. O julgamento da habilitação se processará mediante a análise dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual e Sociedade Limitada Unipessoal – SLU”, conforme a Lei n. 13.874/19 e a Lei n. 14.195/2021;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes **Municipal**, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou prova de sua isenção, se for o caso;





**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



- b) Prova de regularidade para com as **Fazendas Federal e Municipal**, como segue:

b.1) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e dívida ativa da União;

b.2) Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual e Municipal da sede da licitante;

b.2.1) No caso de a licitante ter domicílio ou sede no **Município de São Paulo**, a prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** se dará através de Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários.

c) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (CRF – FGTS);

c) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda, devidamente ativo.

4.1.2.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

4.1.2.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

5.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

a.1) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

a.2) Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.





- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **referente ao último exercício social**, ou balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída, exigíveis na forma da lei, por intermédio dos quais será verificado o atendimento dos índices fixados neste Termo de Convocação e o Patrimônio Líquido.
- b.1) A empresa terá sua situação financeira avaliada, com base na obtenção do Índice Liquidez Corrente (ILC), maiores que um (>1), resultante da aplicação da seguinte fórmula:

Ativo Circulante

ILC = _____

Passivo Circulante

- b.2) A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), para efeito da sua habilitação deverá comprovar por meio de balanço patrimonial do último exercício social, patrimônio líquido mínimo ou capital social no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação, o qual – considerando a necessidade de demonstrar capacidade financeira para a execução do contrato – fica estabelecido como percentual mínimo exigido de capital ou de patrimônio líquido da empresa.
- b.3) Entende-se como balanço patrimonial, na forma da lei, um relatório contábil que deve ser elaborado e apresentado de acordo com as normas legais. Para ser considerado autêntico, o balanço patrimonial deve cumprir as seguintes formalidades; indicação do número das páginas e número do livro onde estão inscritos o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no Livro Diário, acompanhados do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento; Prova de registro na Junta Comercial, com a devida chancela da Junta Comercial ou código de registro).

5.1.4. DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 5.1.4.1. Declaração subscrita por representante legal da licitante, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira e ao CPB, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 – Lei Anticorrupção, constante no **Anexo III**.





- 4.1.4.1. Questionário de Due Diligence, conforme **Anexo IV**, a avaliação do Questionário será realizada pelo Departamento de Compliance do CPB, que emitirá uma recomendação sobre contratar com o terceiro ou não, que, em caso negativo, será submetida à Diretoria Executiva do CPB. A Diretoria Executiva do CPB poderá vetar a contratação com base na avaliação do Questionário de Due Diligence, o que importará na inabilitação da licitante, sendo oportunizado o contraditório e ampla defesa no momento destinado ao recurso no procedimento de licitação.

5.1.5. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 5.1.5.1. Comprovante da regularidade da situação cadastral relativa à autorização de funcionamento na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, em plena validade.
- 5.1.5.2. Atestado(s)/Certidão(ões), em nome da Licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de Prestação de Serviços de Plano Coletivo Empresarial de obstetrícia, na modalidade livre escolha, com abrangência geográfica nacional, por meio de plano de saúde coletivo empresarial ou seguro saúde, com, no mínimo, 30% (trinta por cento) do total de beneficiários ($648/2 = 194$), nos termos do artigo 67, §1º, da Lei nº 14.133/21.
- 5.1.5.3. O atestado de capacidade técnica deverá conter, obrigatoriamente, a assinatura do responsável pela emissão, seu nome claro, cargo, e dados da empresa (CNPJ, razão social) que atesta o serviço, preferencialmente em papel timbrado.
- 5.1.5.4. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.
- 5.1.5.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 5.1.5.6. Comprovação, através de declaração da Licitante, de plena ciência quanto à manutenção da rede mínima dos hospitais/clínicas/consultórios e laboratórios que, obrigatoriamente, elencados no Termo de Referência (Apêndice I-A), nos termos da Resolução Normativa nº 396/16 da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar e em observância a Súmula 272 do TCU.





**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



OBS: A referida relação de rede mínima, a ser preenchida no momento de apresentação da proposta, constituirá mera declaração de compromisso futuro, sem obrigatoriedade de apresentação, nesse momento, de contratos firmados com as entidades mencionadas. A comprovação efetiva da rede credenciada será exigida somente na assinatura do contrato. Tal previsão está em conformidade com a Súmula nº 272 do TCU, que veda a exigência de comprovação de posse ou uso de bens na fase de habilitação, mas não veda a exigência de apresentação de plano de execução ou demonstração de viabilidade técnica na proposta de preço.

- 5.1.5.7. O(s) documento (s) comprobatório (s) apresentado (s) pela Licitante deverá conter, obrigatoriamente, a assinatura do responsável pela emissão/subscrição, seu nome claro, cargo, e dados da empresa (CNPJ, razão social), preferencialmente em papel timbrado.

6. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

- 6.1. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou obter a confirmação do teor das declarações e comprovações elencadas no item IV deste Edital, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes, garantidos os direitos ao contraditório e a ampla defesa.
- 6.2. Na hipótese de convocação das licitantes classificadas remanescentes, deverão ser retomados os procedimentos cabíveis, em sessão pública, procedendo-se conforme especificações deste edital.
- 6.3. Abertura das propostas: No dia e horário previstos neste edital, o Pregoeiro designado para condução do certame, em conjunto com a equipe de apoio, dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.
- 6.3.1. **Análise:** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.
- 6.3.2. Serão desclassificadas as propostas:
- a) Contiverem vícios insanáveis;
 - b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - c) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo CPB;





- d) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

- 6.3.3. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 59, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.3.4. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 6.3.5. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.
- 6.4. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.
- 6.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.6. **Lances:** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.6.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6.2. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR VALOR DO GRUPO**.
- 6.6.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.6.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser estabelecido/registrado quando do cadastramento do pregão eletrônico no Portal de Compras Governamental. Especificamente para o presente certame, o referido intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances corresponderá a:
- GRUPO: R\$ 0,01 (um centavo).**
- 6.6.5. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.





- 6.6.6. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.
- 6.6.7. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.6.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7. **Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**
- 6.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos. Encerrado esse prazo o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 6.8.1. Encerrado o prazo de que trata o artigo anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.8.2. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 6.8.1, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 6.8.3. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 6.8.1 e 6.8.2, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.8.4. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.
- 6.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.





- 6.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.12. **Classificação:** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.
- 6.13. **Empate ficto:** Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.
- 6.13.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.13.2. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.13.3. Caso a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.13.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.13.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.13.6. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.14. **Negociação:** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.





6.15. **Aceitabilidade:** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.15.1. A aceitabilidade dos preços será aferida, com base no valor unitário dos itens obtidos na pesquisa de preços, efetivada na fase interna da licitação, acostada aos autos.

6.15.2. Em razão de a licitação ser conduzida pelo critério de menor preço por grupo, a aceitabilidade das propostas será realizada com base na análise tanto do valor unitário quanto do valor total apresentado por cada licitante. A proposta será considerada válida e aceitável somente quando o valor unitário e o valor total estiverem em conformidade com o valor referência da licitação, considerando as especificações deste Edital e Termo de Referência.

6.15.3. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

6.15.4. Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do Anexo II deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.

6.15.3.1. A planilha de proposta deverá conter descrição dos itens, observadas as especificações mínimas do Termo de Referência constante do **Anexo I**.

6.15.3.2. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes os esclarecimentos que julgar necessários.

6.15.3.3. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do Anexo II.

6.15.3.4. Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

6.16. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado.

6.17. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.





- 6.17.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólico irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.18. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.18.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.18.2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 6.19. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 6.20. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.21. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade dela.
- 6.22. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 6.23. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 6.24. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.25. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova





verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO.

- 7.13. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.
- 7.14. Havendo manifestação indicando intenção em recorrer, na forma indicada no subitem 6.1, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar as razões de recurso, no prazo de até 3 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual prazo, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação das razões, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, no Departamento de Aquisições e Contratos – DEAC do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB, localizado no Centro de Treinamento Paralímpico, sito a Rodovia dos Imigrantes, Km 11,5, CEP 04329-000, Vila Guarani, São Paulo, de 2ª a 6ª feira, das 09:00 às 12:00 e das 13:00 às 18:00.
- 7.2.1. As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas exclusivamente por meio eletrônico, no sítio <http://www.comprasnet.gov.br/>, opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver a necessidade, será efetuada mediante protocolo, observados os prazos estabelecidos.
- 7.2.2. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.2.3. A falta de interposição na forma prevista no subitem 6.1 importará a decadência do direito de recorrer e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.
- 7.15. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 7.16. A adjudicação será feita pelo preço global, combinada com o critério de aceitabilidade dos preços unitários, considerando a somatória e descrição dos valores unitários que o compõe, conforme detalhamento constante do Termo de Referência.
- 7.17. A(s) vencedora(s) do certame obrigam-se a apresentar, no prazo de até 02 (dois) dias úteis contado da data de adjudicação do objeto, os novos preços unitários com sua





composição e o total para a contratação, conforme solicitação do pregoeiro, a partir do valor final obtido no certame.

- 7.5.1. Esses novos preços serão apresentados pela licitante vencedora, em nova planilha com assinatura e deverá ser encaminhada na forma eletrônica, aceita no edital ou diretamente no Departamento de Aquisições e Contratos – DEAC.

8. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 8.1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 8.2. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão e validação da sessão pública ou do certame.

9. DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 9.1. O objeto desta licitação deverá ser executado nos prazos, condições e locais indicados no Termo de Referência, que constitui Anexo I deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação dos serviços.
- 9.2. Após a execução dos serviços, deverá ser entregue a seguinte documentação pelo Contratado:
- 9.2.1. Via da Nota Fiscal com identificação do Número do Contrato;
- 9.2.1.1. Na hipótese de existir Nota de Retificação e/ou Nota Suplementar de Ordem de Início ou Termo de Contrato Assinado, as cópias(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados;
- 9.2.1.2. Relatório descritivo dos serviços prestados;
- 9.2.1.3. Relatório Fotográfico, se o caso.

10. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1. A efetivação da prestação dos serviços será aceita consoante ao disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/21.





- 10.2. A prestação de serviço deverá ocorrer em observância as disposições do Termo de Referência e de acordo com as peculiaridades do objeto da presente licitação e acordado com a área demandante, havendo posteriormente a respectiva emissão da nota fiscal/fatura, que deverá ser atestada por funcionário da área requisitante ou preposto, para confirmação e verificação da execução dos serviços com as condições previstas em Termo de Referência, Anexo I deste Edital e da conformidade com a legislação vigente.
- 10.3. Caso sejam constatadas irregularidades na execução dos serviços, não atendendo às especificações descritas na proposta, o Departamento solicitante deverá rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição/reparação ou apontando em relatório para que seja corrigido o vício constatado, mantido os valores inicialmente contratados, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.
- 10.3.1. O Departamento solicitante deverá prontamente informar o Departamento de Aquisição e Contratos quando constatada qualquer incompatibilidade na execução dos serviços prestados, com as características e danos registrados por meio de relatório circunstanciado.
- 10.4. O aceite definitivo ocorrerá mediante conferência e, posteriormente, caso a execução dos serviços esteja a contento, atesto da Nota Fiscal e encaminhará ao setor competente para realização do pagamento.
- 10.5. Havendo inexecução da prestação dos serviços o valor respectivo será descontado da importância devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 10.6. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.
- 10.7. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, salvo mediante prévia solicitação da CONTRATADA e sob autorização da CONTRATANTE.

11. DOS PAGAMENTOS

- 11.1. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar do atesto da nota fiscal pelo fiscal e/ou responsável do CPB, acompanhada obrigatoriamente dos documentos de: regularidade fiscal e trabalhista, conforme Regulamento de Aquisições e Contratos - CPB, devendo a retenção ser efetuada, conforme responsabilidade prevista na lei, na fonte dos tributos e contribuições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com a legislação vigente.





- 11.1.1. A discriminação do objeto, valor unitário e total, deverão ser reproduzidos na nota fiscal apresentada para prosseguir nos tramites de liquidação/pagamento.
- 11.1.2. A discriminação dos bens efetivamente entregues deverá ser reproduzida na nota fiscal apresentada para efeito de pagamento, a qual deverá ser encaminhada para o e-mail nf@cpb.org.br.
- 11.1.3. O não envio da nota fiscal para o e-mail nf@cpb.org.br poderá ocasionar atrasos nos tramites de liquidação/pagamento.
- 11.1.4. No caso de constatação de erros ou irregularidades no documento fiscal ou ainda a ausência de documentação, ocorrendo a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 11.2. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, de titularidade da empresa e o emissor da nota fiscal, vinculada ao CNPJ.
- 11.3. Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do fornecimento relacionados e descritos no anexo I.
- 11.4. A Contratada, fica condicionada à apresentação dos documentos a seguir, para a efetivação do pagamento:
 - 11.4.1. A Nota Fiscal deverá conter também a identificação da Ordem de Início do fornecimento, quando cabível, e o Número do Contrato;
 - 11.4.1.1. Na hipótese de existir Nota de Retificação e/ou Nota Suplementar de Ordem de início ou Termo Assinado, cópia(s) desses(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados.
 - 11.4.2. **Regularidade Fiscal**
 - a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica no site do Ministério da Fazenda;
 - b) Certidão de regularidade perante o FGTS;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - d) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;





- e) Certidão de Regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede ou domicílio da licitante, caso não seja cadastrada no Município de São Paulo, apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à **Fazenda Municipal**.
- f) A documentação fiscal deverá ser o mesmo da proposta de preço apresentada no respectivo procedimento licitatório, sob pena de rescisão contratual;
- g) O CPB poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela empresa CONTRATADA, nos termos deste Edital e seus anexos.
- h) Nenhum pagamento será efetuado na integralidade enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira ou contratual em virtude de penalidade aplicada.
- i) Previamente ao pagamento, a Contratante poderá realizar consulta aos órgãos competentes para ratificar a situação de regularidade da Contratada relativamente às condições de habilitação exigidas.
- j) Fica ressalvada qualquer alteração futura por parte do Comitê Paralímpico Brasileiro, quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores, mediante prévio comunicado.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato.

12.1.1. Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista estiverem com o prazo de validade expirado, o CPB verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 10.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.





- 12.1.3. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, o Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>), e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);
- 12.1.4. Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:
- a) a indicação formal de fiscal encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, bem como o responsável técnico operacional para receber as demandas do CPB;
 - b) a apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica.
- 12.2. No prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, a adjudicatária deverá comparecer perante a Contratante para assinatura do contrato.
- 12.2.1. O prazo indicado no item 12.2 poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada do interessado, desde que aceita pelo CPB.
- 12.2.2. A não assinatura do contrato, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no item 12.2 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis, conforme previsto neste edital e no contrato.
- 12.3. O contrato, quando cabível, deverá ser assinada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de documento de identificação.
- 12.4. É facultado ao CPB, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, convocar as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação de cada lote, para, querendo, fazê-lo em igual prazo, nas mesmas condições propostas pela empresa adjudicatária.
- 12.5. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, mais bem classificada, que tenha se sagrado vencedora no preço, com o benefício do empate ficto (§ 2º do artigo 44 da Lei Complementar 123/06), não seja ao final contratada, poderão ser convocadas as remanescentes que por ventura se enquadra na mesma hipótese de empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.





- 12.5.1. Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em formato eletrônico de acordo com as normas da legislação vigente ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.

13. DAS SANÇÕES

- 13.1. Além das sanções previstas na Minuta do Contrato, também poderão ser aplicadas à CONTRATADA as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, sendo-lhe sempre assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. Além das obrigações constantes do Anexo I do Edital, cabe a CONTRATADA as obrigações previstas na Minuta do Contrato, Anexo V do Edital.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1. Além das obrigações constantes do Anexo I do Edital, cabe a CONTRATANTE as obrigações previstas na Minuta do Contrato, Anexo V do Edital.

16. DA GARANTIA

- 16.1. Não serão exigidas garantias para a proposta e para a contratação resultante desta licitação.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, da transparência, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão Eletrônico serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
- 17.3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes: para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais participantes, até a etapa de habilitação.
- 17.4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados nos sítios eletrônicos www.cpb.org.br e <http://www.comprasnet.gov.br/>.





- 17.5. Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.
- 17.6. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, será formulada, exclusivamente por e-mail no seguinte endereço eletrônico: pregao@cpb.org.br.
- 17.7. As impugnações serão decididas pela autoridade Competente e respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestados pelo pregoeiro, no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.
- 17.8. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.
- 17.9. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, e as questões relativas ao sistema, pelo suporte do "Sistema do Compras Governamental".
- 17.10. Fica a licitante ciente de que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste Edital e seus anexos, não podendo invocar qualquer desconhecimento dos termos do edital ou das disposições legais aplicáveis a espécie, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.
- 17.11. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o CPB não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.12. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 17.13. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução das avenças e especialmente os casos omissos.
- 17.14. O CPB no interesse da Administração poderá, a qualquer tempo, motivadamente, revogar ou anular, no todo ou em parte a licitação, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização, observado o disposto no artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 17.15. Com base no artigo 64, da Lei Federal nº 14.133/2021, é facultada à Comissão Julgadora, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.





- 17.16. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pela Comissão de Licitação, ouvida, se for o caso, as Unidades competentes.
- 17.17. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da CONTRATADA, a Ata de Julgamento da licitação, por conter os valores obtidos ao final da etapa de lances, a proposta readequada com as reduções obtidas após a Licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu.
- 17.18. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 17.19. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas específicas disciplinando a matéria.
- 17.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do CPB.
- 17.21. Fica desde logo eleito o Foro do Município de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame.
- 17.22. Em caso de discordância entre as especificações descritas no Catálogo de Serviços (CATSER), incluindo suas respectivas unidades de medida, e as especificações constantes no Termo de Referência, anexo I do Edital, prevalecerão as especificações técnicas e suas unidades de medida descritas no Termo de Referência, anexo I do Edital.
- 17.23. Integram o presente Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Planilha de Proposta;

Anexo III - Modelo de Declaração – Lei anticorrupção;

Anexo IV – Questionário de DUE DILIGENCE DE INTEGRIDADE

Anexo V - Minuta do Contrato.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2026.

Paulo Vitor Urbano dos Santos

Pregoeiro

Comitê Paralímpico Brasileiro





**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de Prestação de Serviços de **Plano Coletivo Empresarial de Assistência à Saúde**, por intermédio de operadora da saúde coletiva empresarial ou seguradora, em âmbito nacional, para atendimento aos funcionários e diretores do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), bem como seus respectivos dependentes legais.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. O Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), oferece a seus empregados o plano de saúde como parte de sua política de benefícios.
- 2.2. Não haverá coparticipação pelos beneficiários em quaisquer das categorias de planos.
- 2.3. A intenção precípua do CPB é oferecer uma assistência à saúde eficiente e digna, seja na atividade funcional, seja na vida privada e reduzir ou minimizar os efeitos danosos das doenças sobre a continuidade e qualidade no desempenho funcional.
- 2.4. Assim, ofertando o plano de saúde a seus empregados, diretores e respectivos dependente legais, promove segurança aos usuários e acesso a serviços de qualidade, proporcionando bem-estar e o cuidado com a saúde, melhorando ainda, a relação empregado-empregador com a redução da ocorrência de faltas e afastamentos, pois um maior cuidado com a saúde, a realização de exames de rotina e o acompanhamento médico reduzem a frequência de doenças e problemas de saúde.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

- 3.1. Para efeito deste Termo de Referência, entende-se como Plano Coletivo Empresarial de Assistência à Saúde, a prestação continuada de atendimentos médico-hospitalar, ambulatorial, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapias e internações clínicas, cirúrgicas e obstétricas, inclusive aquelas de maior complexidade, incluindo internações em Unidade de Terapia Intensiva e utilização de leitos especiais, por intermédio de operadora de saúde coletiva empresarial.
- 3.2. Segmentação Assistencial: Plano ambulatorial, hospitalar com obstetrícia.
- 3.3. Tipo de Acomodação: Enfermaria e Apartamento Privativo.





- 3.4. Abrangência Geográfica: Nacional.
- 3.5. Modalidade encampação de 100% das vidas assistidas atualmente.
- 3.6. Reembolso de acordo com múltiplos dos planos contratados
- 3.7. Os serviços deverão abranger todas as ações necessárias à prevenção da doença e/ou à recuperação, à manutenção e à reabilitação da saúde, com cobertura médico hospitalar, ambulatorial e laboratorial, compreendendo consulta médica (em hospitais, clínicas e consultórios), cirurgia, assistência pré-natal, ao parto e ao recém-nascido, pronto-socorro, hospitalização, assistência ambulatorial, Unidade de Terapia Intensiva, serviço complementar de diagnóstico, serviço de Assistência Domiciliar (home care) e tratamento de rotina e especializado.
- 3.8. Os serviços serão executados pelos estabelecimentos e profissionais parceiros, conveniados e referenciados, **sem limite** de consultas e exames de métodos complementares, de internações em apartamentos ou em Unidade de Terapia Intensiva – UTI e semi-intensiva.
- 3.9. Todos e quaisquer procedimentos e exames solicitados, desde que integrantes da lista de procedimentos médicos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, deverão ser oferecidos pela empresa CONTRATADA, independente de complexidade, custo, quantidade ou prazo.
- 3.10. Os serviços serão executados diretamente por operadoras de saúde e seus respectivos parceiros credenciados **sem intermediadoras, administradoras e/ou corretoras.**

4. **DOS TIPOS DE PLANOS**

- 4.1. Deverão ser propostos QUATRO tipos de planos distintos, “Plano I, II e III” para Funcionários e dependentes e “Plano IV” para Diretoria Executiva e dependentes.
 - 4.1.1. **Plano I – Assistência à Saúde**, Abrangência **Nacional**, Enfermaria. Para **Funcionários como opção de downgrade para todos os cargos e seus respectivos dependentes legais.**
 - a. Atendimento hospitalar, ambulatorial e laboratorial, com internação em enfermaria. Relação da Rede Credenciada e Referenciada de hospitais, laboratórios e centros de diagnóstica, está relacionada no Anexo II.
 - 4.1.2. **Plano II – Assistência à Saúde**, Abrangência **Nacional**, Apartamento Privativo. Para **Funcionários dos cargos de apoio, auxiliar, assistente,**





**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



analista e encarregado, também cargos correlatos considerando a faixa salarial desses cargos, e dependentes legais.

- b.** Atendimento hospitalar, ambulatorial e laboratorial, com internação em apartamento individual (privativo), contendo obrigatoriamente, ar-condicionado, frigobar, televisão, banheiro e direito à acompanhante permanente, independentemente da idade ou estado de saúde do paciente, direito a múltiplos reembolsos. Relação da Rede Credenciada e Referenciada de hospitais, laboratórios e centros de diagnóstica, está relacionada no Anexo II.

4.1.3. Plano III Assistência à Saúde, Abrangência Nacional. Apartamento Privativo. Para **Supervisores, Coordenadores, Gerentes e dependentes legais.**

- a.** Atendimento hospitalar, ambulatorial e laboratorial, com internação em apartamento individual (privativo), contendo obrigatoriamente, ar-condicionado, frigobar, televisão, banheiro e direito à acompanhante permanente, independentemente da idade ou estado de saúde do paciente, direito a múltiplos de reembolsos com valores maiores do que o Plano I e II.

4.1.4. Plano IV Assistência à Saúde, Abrangência Nacional. Apartamento Privativo. Para **Diretores e dependentes legais.**

- b.** Atendimento hospitalar, ambulatorial e laboratorial, com internação em apartamento individual (privativo), contendo obrigatoriamente, ar condicionado, frigobar, televisão, banheiro e direito à acompanhante permanente, independentemente da idade ou estado de saúde do paciente, direito a múltiplos de reembolsos com valores maiores do que o Plano I. (neste plano serão cadastrados todos os membros da Diretoria Executiva e Técnica, Superintendente e Secretário Geral, e seus respectivos dependentes legais).
- c.** Com atendimento na Rede Credenciada de Hospitais e Laboratórios do Plano I, e ainda: Hospital Albert Einstein (todas as unidades) e Hospital Sírio Libanês (todas as unidades), e Laboratórios Fleury Medicina (todas as unidades) e Saúde e Sírio Libanês Centro de Diagnóstico (todas as unidades).

5. DA REDE

- 5.1.** A inclusão como parceiros ou referenciados da empresa prestadora dos serviços de assistência odontológica e à saúde, de qualquer hospital, casa de saúde, clínica, laboratório ou entidade correlata, implica compromisso para com os

CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO
Rod. dos Imigrantes, km 11,5 – Vila Guarani, São Paulo – SP, 04329-100



@braparalímpico



comitê paralímpico brasileiro



@brasilparalímpico



usuários consumidores quanto à sua manutenção ao longo da vigência do contrato.

- 5.2. É facultada, no entanto, a sua substituição por outro equivalente e mediante comunicação aos consumidores com 30 (trinta) dias de antecedência (ressalvada a hipótese de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor), e, na hipótese de ocorrer durante internação do consumidor, o estabelecimento obrigasse a mantê-lo internado e a operadora obriga-se ao pagamento das despesas até a alta hospitalar, a critério médico.
- 5.3. Em caso de substituição de estabelecimento hospitalar por infração às normas sanitárias em vigor, durante o período de internação, a operadora arcará com a responsabilidade pela transferência imediata para outro estabelecimento equivalente, garantida a continuação da assistência, sem ônus adicional para o beneficiário, bem como tomará todas as providências a fim de assegurar a integridade do beneficiário.
- 5.4. Havendo indisponibilidade de leito hospitalar nos estabelecimentos parceiros, referenciados e credenciados da operadora contratada, é garantido ao beneficiário o acesso à acomodação hospitalar superior, sem ônus adicional.

6. DAS CARÊNCIAS E DOENÇAS PRÉ-EXISTENTES

- 6.1. Ausência absoluta de carências e CPT (cobertura parcial temporária) dos serviços contratados para todo o grupo inicial, incluindo continuidade de cobertura para pacientes internados ou em tratamento.
- 6.2. Deverão ser isentos de carências todo empregado e seus dependentes legais, incluídos durante a vigência do contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da data da sua admissão, bem como os dependentes legais cujo fato ou ato motivador da dependência venha ocorrer na vigência do contrato e desde que a solicitação para sua inclusão no plano ocorra em até 30 dias, contados a partir do ato ou motivo da dependência.
- 6.3. Os prazos de carências previstos nas apólices / contratos, respeitados os prazos máximos definidos pela ANS, serão aplicáveis apenas aos empregados, inscritos após 30 dias da admissão, bem como todos os seus dependentes legais assim qualificados nas regras do benefício, se não inscritos em até 30 dias da admissão ou do fato gerador da dependência.
- 6.4. Garantir a portabilidade sem carências de beneficiários cobertos por outras operadoras ou seguradoras desde que tenham no mínimo um ano de cobertura.

7. DA GARANTIA DE REEMBOLSO





- 7.1. O Sistema de Livre Escolha com Reembolso em todo o território nacional, das despesas médico-hospitalares, ambulatoriais, laboratoriais, será destinado para a utilização de prestadores não credenciados ou não referenciados (livre escolha total), mesmo quando efetuadas em cidades que possuam rede própria ou credenciada ou referenciada.
- 7.2. O beneficiário poderá optar por rede de livre escolha e a empresa prestadora deverá proceder o ressarcimento dos valores, devidamente comprovados, para a realização dos procedimentos, de acordo com os prazos estabelecidos, contados a partir da protocolização do pedido na operadora.
- 7.3. O reembolso poderá ser solicitado em até 1 (um) ano após o atendimento.
- 7.4. O prazo para pagamento dos reembolsos de consultas médicas, não poderá ultrapassar 30 (trinta) dias.
 - 7.4.1. A forma de operacionalização da retirada/entrega dos documentos para reembolso, deverá ser apresentada pela CONTRATADA, para divulgação aos beneficiários.
- 7.5. Na hipótese de descumprimento dos prazos de garantia de atendimento da RN 259 da ANS a operadora deverá garantir o reembolso integral no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da solicitação de reembolso, incluindo as despesas com transporte e hospedagem, independente do fato do produto ofertado ser da modalidade livre escolha.
 - 7.5.1. A comprovação do descumprimento mencionado no inciso anterior se dará a partir da data do registro formal da solicitação de indicação de rede pelo beneficiário junto ao canal estabelecido pela contratada.
- 7.6. Quando for necessário realizar o reembolso integral, no que tange o disposto da RN 259 da ANS, as despesas serão computadas na apuração da sinistralidade.
- 7.7. Nos casos de tratamento de urgência ou emergência, na recusa em custear o tratamento dentro da cobertura ou não obediência do prazo de atendimentos, o beneficiário arcará com as despesas relativas ao tratamento e terá direito ao reembolso integral.
- 7.8. Nos casos de indicação médica de deslocamento do paciente em estado grave, em qualquer parte do território nacional, quando não for possível a utilização de serviços referenciados e/ou credenciados da rede de atendimento da empresa Contratada, o beneficiário deverá ter direito a reembolso integral.





- 7.9. Os valores dos reembolsos serão acordados entre as partes, não podendo ser inferior ao praticado diretamente na rede referenciada, considerados os valores mínimos de:

R\$ 100,00 (cento reais) para Plano I e II;

R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para Plano III

R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para o Plano IV.

Serão reajustados anualmente com base no VCMH (Variação dos custos médicos hospitalares), mediante negociação entre as partes na renovação do contrato.

8. DO REAJUSTE

- 8.1. O reajuste será anual e negociado entre as partes.
- 8.2. Considerando o VCMH (variação dos custos médicos hospitalares) + Sinistro referente a utilização da rede credenciada + Sinistro de reembolso.

DO REEQUILÍBRIO

- 8.3. O contrato poderá ser revisto em função da sinistralidade, na hipótese de ser ultrapassado o percentual máximo previamente definido de 70% (setenta por cento) e que caracteriza os desequilíbrios econômico-financeiros do contrato, nos termos da Lei nº 9.656/1998 e da ANS – Agência Nacional de Saúde.
- 8.4. A apuração da sinistralidade dar-se-á anualmente na ocasião da realidade dos últimos 12 meses de execução do contrato. Os sinistros serão apurados atuarialmente, pelo método da contratada.

9. DA IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

- 9.1. São beneficiários do Plano Coletivo Empresarial de Assistência à Saúde:

I. Titulares Ativos:

- a. Membros da Diretoria Executiva
- b. Empregados
- c. Menores Aprendizizes

II. Dependentes Legais:

- a. Cônjuge;





- b. Companheiro(a): Havendo união estável na forma da lei, sem eventual concorrência com o cônjuge.
- c. Caso exista a ordem judicial para manter de forma concorrente cônjuge e companheiro(a), o custo do benefício de um dos dependentes deverá ser integralmente pago pelo titular.
- d. Filhos inválidos: Considerados aqueles elegíveis para efeito da declaração de Imposto de Renda do Segurado Titular, sem limite de idade.
- e. Filhos(as) solteiros(as): Naturais, adotivos, sob guarda, tutelados, ou enteados menores de 35 anos.
- f. Qualquer dependente para ser incluso deve ter até 70 anos de idade ou conforme política interna do CPB.

III. Titulares Inativos:

- a. Terão direito a continuidade do benefício após o desligamento, os Empregados e membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei Federal nº 9.656/98 e RN 279, ou instrumento que venha atualizá-las ou substituí-las. Sempre que o ex-empregado ou ex-diretor optar por permanecer no benefício, deverá assumir o custo integral do plano para o titular e respectivo grupo familiar (dependentes).

IV. Remissão por 1 (um) ano dos dependentes em caso de morte do titular.

- a. Ao término da remissão extingue o contrato de plano familiar, finalizando o período de cobertura.

9.2. A contratação é sob demanda e será realizada considerando o quadro atual de colaboradores do CPB que pode variar, estimando-se a contratação inicial de:

648 (seiscentos e quarenta e oito) vidas.

11. DA COBERTURA

- 11.1. Os procedimentos serão todos aqueles mínimos previstos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS para a segmentação ambulatorial, hospitalar com obstetrícia.
- 11.2. Os serviços contratados serão prestados de forma contínua aos beneficiários mediante apresentação de cartão personalizado físico ou digital, com data de validade e informações úteis à operadora, fornecida por esta, independentemente de comprovação de pagamento ou de prévia autorização,





bem como do local onde se encontre o beneficiário, principalmente em casos de urgência e/ou emergência, salvo nos casos de procedimentos mais complexos, quando haverá necessidade de prévia autorização.

- 11.3. A CONTRATADA deverá apresentar, no ato de assinatura do instrumento contratual, a lista dos procedimentos para os quais será exigida autorização prévia.
- 11.4. Nos casos de atendimento de urgência e emergência, a unidade hospitalar ou equivalente deverá dispor de equipamentos adequados, remédios específicos e equipe com especialistas devidamente treinados.

12. DAS COBERTURAS ADICIONAIS

- 12.1. Além do rol de procedimentos mínimos da Segmentação Ambulatorial Hospital Obstetrícia, o plano de saúde deverá apresentar cobertura adicional para:
- 12.1.1. Tratamento de Psicomotricidade e Ludoterapia, com cobertura mínima de 24 (vinte e quatro) sessões para cada tipo de terapia, por usuário/ano.
 - 12.1.2. Reeducação Postural Global – R.P.G., com cobertura mínima de 24 (vinte e quatro) sessões por usuário/ano.
 - 12.1.3. Escleroterapia, com cobertura mínima de 12 (doze) sessões por usuário/ano.
 - 12.1.4. Fonoaudiologia, com cobertura mínima de 30 (trinta) sessões por usuário/ano.
 - 12.1.5. Programa de saúde mental para acompanhamento de beneficiários que apresentam quadro de sofrimento mental e Burnout.
 - 12.1.6. Transplantes de órgãos de acordo e cobertos pelo ROL da ANS: coração, pâncreas, rim, pulmão e fígado, incluída as despesas assistenciais com doador vivo; despesas com captação, transporte e preservação dos órgãos; medicamentos utilizados durante a internação, acompanhamento clínico pós-operatório, imediato e tardio, exceto medicamentos de manutenção.
 - 12.1.7. Sessões de quimioterapia e radioterapia, sem limitações quantitativas de sessões ou prazos, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar, incluindo medicação e fármacos desde que devidamente autorizados e registrados na ANVISA, e conforme solicitação médica.





- 12.1.8. Hospital-dia para transtornos mentais, para os seguintes diagnósticos: transtornos mentais, esquizofrenia, transtornos esquizotípicos, delirantes, de humor, globais do desenvolvimento e comportamentais, devido ao uso de substância psicoativa.
- 12.1.9. Realização de exame pet scan, conforme solicitação.
- 12.1.10. Remoção Inter hospitalar de pacientes via terrestre ou aérea em todo o território brasileiro; quando devidamente justificado e solicitado pelo médico assistente.
- 12.1.11. O atendimento domiciliar deve seguir a diretriz de utilização da ANS.
- 12.2. A CONTRATADA poderá oferecer coberturas adicionais que deverão ser oferecidas na condição de cortesia e que não vão influenciar na formação de preço tão pouco no julgamento das propostas.

13. DOS DADOS COLETADOS

13.1. Este Comitê, conta com a participação de 648 (seiscentos e quarenta e oito) vidas, sendo distribuídas conforme quadro abaixo:

13.2. Quadro Descritivo dos Colaboradores do CPB e Dependentes por Faixa Etária

a) Quadro A: GERAL Plano I, II, III e IV.

Quadro - A				648	Beneficiários
Plano I, II, III e IV					
Faixa Etária	Titular	Cônjuge	Filhos	Dep. Esp.	Agreg.
A : DE 0 A 18	2		94		
B : DE 19 A 23	34	1	9		
C : DE 24 A 28	80	1			
D : DE 29 A 33	73	9	1		
E : DE 34 A 38	81	14			
F : DE 39 A 43	75	14			
G : DE 44 A 48	52	12			
H : DE 49 A 53	30	13			
I : DE 54 A 58	20	6			
J : DE 59 A 999	18	9			
Total	465	79	104	0	0





b) Quadro B.1: Plano I – Funcionários

Quadro – B.1 Plano I - Funcionários				0 Beneficiários	
Faixa Etária	Titular	Cônjuge	Filhos	Dep. Esp.	Agreg
A : DE 0 A 18					
B : DE 19 A 23					
C : DE 24 A 28					
D : DE 29 A 33					
E : DE 34 A 38					
F : DE 39 A 43					
G : DE 44 A 48					
H : DE 49 A 53					
I : DE 54 A 58					
J : DE 59 A 999					
Total	0	0	0	0	0

c) Quadro B.2: Plano II – Funcionários

Quadro – B.2 Plano II - Funcionários				515 Beneficiários	
Faixa Etária	Titular	Cônjuge	Filhos	Dep. Esp.	Agreg
A : DE 0 A 18	2		51		
B : DE 19 A 23	34	1	6		
C : DE 24 A 28	79				
D : DE 29 A 33	70	8			
E : DE 34 A 38	66	7			
F : DE 39 A 43	58	10			
G : DE 44 A 48	43	6			
H : DE 49 A 53	24	9			
I : DE 54 A 58	17	5			
J : DE 59 A 999	13	6			
Total	406	52	57	0	0

d) Quadro B.3: Plano III – Funcionários





Quadro – B.3 Plano III – Funcionários				128	Beneficiários
Faixa Etária	Titular	Cônjuge	Filhos	Dep. Esp.	Agreg
A : DE 0 A 18			42		
B : DE 19 A 23			3		
C : DE 24 A 28	1	1			
D : DE 29 A 33	3	1	1		
E : DE 34 A 38	15	7			
F : DE 39 A 43	17	4			
G : DE 44 A 48	7	6			
H : DE 49 A 53	6	4			
I : DE 54 A 58	3	1			
J : DE 59 A 999	4	2			
Total	56	26	46	0	0

e) Quadro B.4: Plano IV – Diretoria

Quadro – B.4 Plano IV - Diretoria				5	Beneficiários
Faixa Etária	Titular	Cônjuge	Filhos	Dep. Esp.	Agreg
A : DE 0 A 18			1		
B : DE 19 A 23					
C : DE 24 A 28					
D : DE 29 A 33					
E : DE 34 A 38					
F : DE 39 A 43					
G : DE 44 A 48	2				
H : DE 49 A 53					
I : DE 54 A 58					
J : DE 59 A 999	1	1			
Total	3	1	1	0	0

13.3. O Quadro Descritivo por faixa etária e tipo de plano de saúde, apresenta a quantidade e faixa etária dos funcionários e seus dependentes, não





representando qualquer compromisso ou obrigação da CONTRATANTE, visto que alguns funcionários ainda estão em processo de seleção/contratação.

13.4. A adesão ao plano é de livre escolha dos funcionários.

13.5. Essa contratação contempla quatro opções de plano que devem ser consideradas na cotação conforme abaixo.

a) Quadro A: GERAL Plano I, II, III e IV

Quadro - A Plano I, II, III e IV				648	Beneficiários
Faixa Etária	Titular	Cônjuge	Filhos	Dep. Esp.	Agreg.
A : DE 0 A 18	2		94		
B : DE 19 A 23	34	1	9		
C : DE 24 A 28	80	1			
D : DE 29 A 33	73	9	1		
E : DE 34 A 38	81	14			
F : DE 39 A 43	75	14			
G : DE 44 A 48	52	12			
H : DE 49 A 53	30	13			
I : DE 54 A 58	20	6			
J : DE 59 A 999	18	9			
Total	465	79	104	0	0

b) Quadro B.1: Plano I – Funcionários

Quadro – B.1 Plano I - Funcionários				0	Beneficiários
Faixa Etária	Titular	Cônjuge	Filhos	Dep. Esp.	Agreg
A : DE 0 A 18					
B : DE 19 A 23					
C : DE 24 A 28					
D : DE 29 A 33					
E : DE 34 A 38					
F : DE 39 A 43					
G : DE 44 A 48					



H : DE 49 A 53					
I : DE 54 A 58					
J : DE 59 A 999					
Total	0	0	0	0	0

c) Quadro B.2: Plano II – Funcionários

Quadro – B.2	Plano II - Funcionários			515	Beneficiários
Faixa Etária	Titular	Cônjuge	Filhos	Dep. Esp.	Agreg
A : DE 0 A 18	2		51		
B : DE 19 A 23	34	1	6		
C : DE 24 A 28	79				
D : DE 29 A 33	70	8			
E : DE 34 A 38	66	7			
F : DE 39 A 43	58	10			
G : DE 44 A 48	43	6			
H : DE 49 A 53	24	9			
I : DE 54 A 58	17	5			
J : DE 59 A 999	13	6			
Total	406	52	57		

d) Quadro B.3: Plano III – Funcionários

Quadro – B.3	Plano III - Funcionários			128	Beneficiários
Faixa Etária	Titular	Cônjuge	Filhos	Dep. Esp.	Agreg
A : DE 0 A 18			42		
B : DE 19 A 23			3		
C : DE 24 A 28	1	1			
D : DE 29 A 33	3	1	1		
E : DE 34 A 38	15	7			
F : DE 39 A 43	17	4			
G : DE 44 A 48	27	6			
H : DE 49 A 53	6	4			





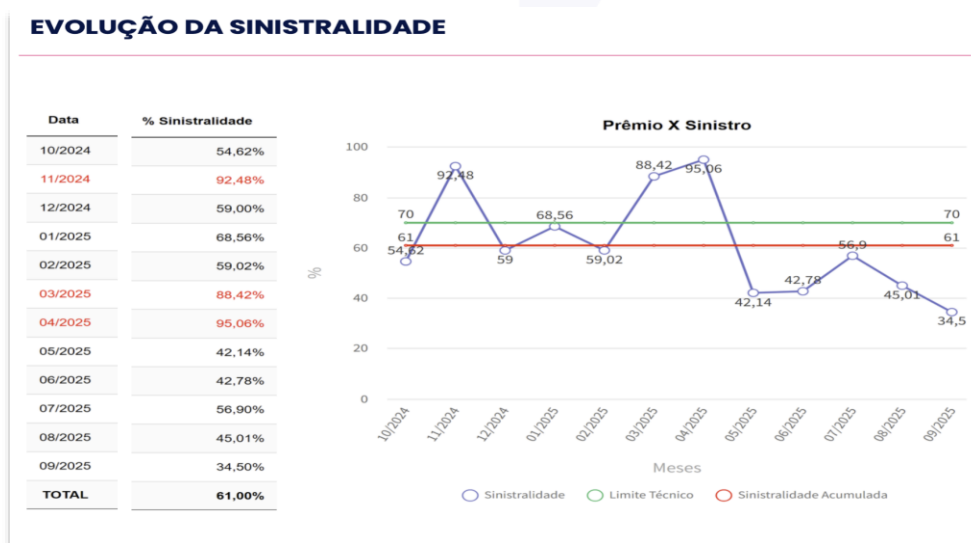
I : DE 54 A 58	3	1			
J : DE 59 A 999	4	2			
Total	56	26	46	0	0

e) Quadro B.3: Plano IV – Diretoria

Quadro – B.3	Plano IV - Diretoria Executiva			5	Beneficiários
Faixa Etária	Titular	Cônjuge	Filhos	Dep. Esp.	Agreg
A : DE 0 A 18			1		
B : DE 19 A 23					
C : DE 24 A 28					
D : DE 29 A 33					
E : DE 34 A 38					
F : DE 39 A 43					
G : DE 44 A 48	2				
H : DE 49 A 53					
I : DE 54 A 58					
J : DE 59 A 999	1	1			
Total	3	1	1	0	0

14. DA SINISTRALIDADE

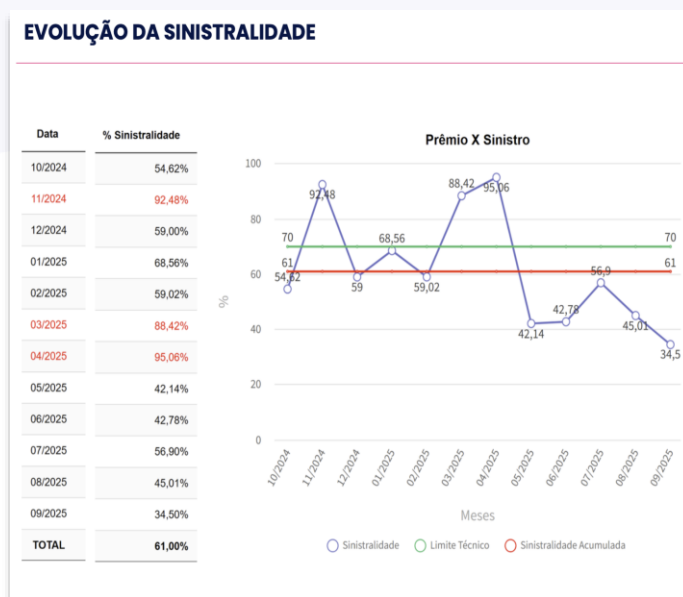
14.1. Quadro Descritivo e demonstrativo do “Índice de Sinistralidade”





15. FORNECIMENTO DADOS

- 15.1. Disponibilizar acesso de leitura e extração de dados à base de dados de utilização dos beneficiários do CPB respeitando-se os limites de sigilo estabelecidos pela legislação pertinente.
- 15.2. Entregar mensalmente até o 15º dia os dados necessários para confecção de relatórios gerenciais, com a identificação de utilização solicitados pela CONTRATANTE ou representante.
- 15.3. Os dados acessíveis ou fornecidos devem ser capazes de no mínimo identificar as seguintes informações:
 - a. Distribuição de vidas por: faixa etária X gênero e tipo beneficiário;
 - b. Relação dos prestadores, nome do procedimento, tipo de plano e data de utilização;
 - c. Evolução da sinistralidade;



- d. Distribuição da sinistralidade discriminando titulares ativos e inativos;
- e. Distribuição dos custos de sinistro: por tipo de beneficiário, por plano, rede x reembolso, por faixa etária, gênero.



- 15.3.1. A utilização, bem como a guarda e sigilo dos dados, disponibilizados pela contratante, será de responsabilidade do CPB.

16. DA IMPLANTAÇÃO

- 16.1. Implantação do produto ofertado no prazo máximo de até 30 dias, nas condições mínimas no que estabelece a RN 259 de 2011 da ANS, prestando suporte, como segue:

- 16.1.1. Estabelecer cronograma de implantação em parceria com o CPB.

- 16.1.2. Treinar os gestores do CPB no que diz respeito aos procedimentos de:

- a. Movimentação cadastral;
- b. Emissão de faturas;
- c. Solicitação de reembolso;
- d. Solicitação de senhas de autorização;
- e. Indicação de rede.

- 16.1.3. Oferecer aos segurados carteirinhas físicos ou digitais, manuais contendo a relação da rede credenciada (nome, endereço, telefone e especialidades), mantendo sempre atualizada.

- 16.1.4. Realizar palestras de implantação, com plantões de atendimento para dirimir as dúvidas dos colaboradores.

- 16.1.5. Possibilitar a movimentação cadastral, por meio eletrônico via internet para inclusão, exclusão e alteração, bem como para obtenção de autorizações que tenham sido solicitadas em Central de atendimento 24 horas por telefone e/ou e-mail.

- 16.1.6. A contratada obrigar-se-á a aceitar a transferência todos os beneficiários titulares e seus dependentes, inclusive genitores, que façam parte de outra Operadora contratada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), desde que não haja interrupção entre a exclusão e o ingresso de um plano para o outro.

17. DA GESTÃO DE SAÚDE

- 17.1. Disponibilizar programa de gestão e acompanhamento de casos crônicos, fornecendo apoio para maior resolutividade e otimização de recursos:

- 17.2. Apresentar relatórios dos casos em acompanhamento e resultados do programa.





17.3. Apoiar ações de qualidade de vida e promoção à saúde que venham ser desenvolvidos pelos CPB.

17.4. Disponibilizando dados do perfil epidemiológico da população:

- I. Disponibilizando profissional de saúde para apresentações e palestras;
- II. Disponibilizar informações e indicadores pertinentes à gestão de saúde, como por exemplo, nos temas:
 - a. Hábitos Alimentares.
 - b. Prática de exercício regular.
 - c. Utilização consciente do plano de saúde.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 18.1. Executar os serviços de acordo com o especificado no Termo de Referência.
- 18.2. Garantir atendimento médico-hospitalar, ambulatorial, laboratorial, obstetrício, em âmbito nacional, de livre escolha do beneficiário.
- 18.3. Garantir cobertura de quaisquer exames e procedimentos médicos indicados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
- 18.4. Disponibilizar aos titulares e dependentes consulta a Rede Referenciada/Credenciada, constando relação atualizada dos profissionais, serviços de hospitais, incluindo seus respectivos endereços, telefones e especialidades.
- 18.5. Enviar, bimestralmente, relatório de sinistralidade em relação à utilização do plano privado de assistência à saúde por beneficiário.
- 18.6. Assegurar o padrão de qualidade que obedeça às normas éticas no tocante ao relacionamento com o paciente e seus familiares, com respeito a sua integridade física e moral e acatamento aos seus direitos de modo geral.
- 18.7. No momento da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá indicar, por escrito, preposto para representá-la perante a CONTRATANTE, durante a vigência do contrato.
- 18.8. Fornecer os cartões físicos ou digitais, ou carteira de identificação de beneficiário do plano, sem ônus, no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data do envio da relação dos beneficiários pela contratante, e posteriormente, 30 (trinta) dias antes da data do seu vencimento.





- 18.9. Responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.
- 18.10. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, e de órgão de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.
- 18.11. Encaminhar mensalmente as faturas para pagamento, acompanhadas do relatório mensal dos titulares com seus respectivos dependentes em ordem alfabética e certidões negativas.
- 18.12. Facultar aos beneficiários, nos atos cirúrgicos que necessitem da utilização de material protético, a opção por prótese importada ou com qualidade superior a oferecida pelo plano, ainda que nacional, devendo a diferença decorrente ser exigida diretamente dos mesmos, observando-se sempre os valores constantes da tabela adotada pela ANS ou dos preços praticados pelo respectivo produto, prevalecendo, neste caso, a mais vantajosa para o beneficiário.
- 18.13. Trabalhar sempre objetivando rede referenciada e credenciada de qualidade, bem como substituir o profissional e/ou estabelecimento, eventualmente descredenciado por outro com qualidade igual ou superior àquele, sendo necessária a comunicação à Contratante com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 18.14. Garantir a permanência dos beneficiários ao Plano Privado de Saúde até o final do mês em que ocorrer a desvinculação do beneficiário titular com o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).
- 18.15. Prestar os serviços de forma contínua, não sendo admitida interrupção de qualquer natureza.
- 18.16. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos gestores do CPB, atendendo de imediato as reclamações, e contribuindo com a persecução de solução;
- 18.17. Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com o CPB
- 18.18. Emitir 2ª via da carteirinha sem ônus para os beneficiários ou para o CPB, em casos de perda, roubo, retificação ou desmagnetização do cartão do beneficiário;





- 18.19. Garantir o atendimento integral aos beneficiários das coberturas definidas no Rol de Procedimentos e eventos em Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, de acordo com os prazos estabelecidos na Resolução Normativa – RN – Nº 259, de 17 de julho de 2011 e alterações posteriores, na área geográfica de abrangência nacional.
- 18.20. Garantir o atendimento integral aos beneficiários dos procedimentos adicionais constantes deste Termo.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 19.1. Conferir e atestar as Notas Fiscais/ Faturas Mensais.
- 19.2. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido neste Termo de Referência, nas condições e preços pactuados.
- 19.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, bem como fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas aos beneficiários que participarão do plano contratado.
- 19.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 19.5. Informar tempestivamente as alterações cadastrais.
- 19.6. Enviar à CONTRATADA movimentação cadastral até o dia 20 (vinte) de cada mês, com vigência prevista para o 1º dia do mês subsequente, as eventuais inclusões, exclusões, mudança de plano, retificação de dados cadastrais, ou quaisquer pedidos dos beneficiários, que se fizerem necessários.
- 19.7. Atender os pedidos de inclusão dos recém-nascidos ou de exclusão nos casos de falecimento dos usuários, ou perda do vínculo funcional dos funcionários com a Instituição ocorrida a partir do dia 16 até o final do mês, devendo ser acatados pela CONTRATADA, desde que sejam comunicados até o último dia do mês em curso.

20. DA VIGÊNCIA

- 20.1. O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo a contratação ser prorrogada, mediante a celebração de termo aditivo, limitado o somatório do tempo das prorrogações ao máximo de 120 (cento e vinte) meses, contados da data da celebração do contrato, conforme disposto no art. 82, REGULAMENTO DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – RAC, APROVADO PELA RESOLUÇÃO CA CPB nº. 01 DE 01 DE ABRIL DE 2023 - alterado





**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



por Deliberação da DIREX em 30 de setembro de 2025 e o art. 107 da Lei 14.133/2021, desde que julgado conveniente ao CPB.

20.2. O contrato irá vigorar a partir da assinatura, com início da cobertura decorridos em no máximo de 30 (trinta) dias da implantação.

21. PAGAMENTO

- 21.1. A cobrança dos serviços será devida após o início da cobertura.
- 21.2. Pela execução do serviço objeto deste contrato o CONTRATANTE pagará mensalmente de acordo com quantidade de beneficiários para o mês de referência, que poderá variar de acordo com o turnover do Comitê Paralímpico Brasileiro.
- 21.3. Até o dia 10 (dez) de cada mês, a CONTRATADA deverá encaminhar ao Comitê Paralímpico Brasileiro a Fatura, Boletim/ Nota Fiscal, bem como o relatório mensal dos titulares com seus respectivos dependentes, em ordem alfabética.
- 21.4. A cobrança dos ex-funcionários ou ex-diretores, optantes pela permanência no plano, deverá ser feita diretamente com os beneficiários, não cabendo ao Comitê Paralímpico Brasileiro nenhuma responsabilidade.
- 21.5. O Comitê Paralímpico Brasileiro poderá solicitar alteração dos padrões de plano, conforme política de elegibilidade interna de cargos e salários.
 - 21.5.1. O Comitê Paralímpico Brasileiro contratará os benefícios aos funcionários que optarem pela adesão, e descontará a contribuição dos beneficiários em folha, conforme política interna de benefícios.

22. DA LICITAÇÃO

- 22.1. Solicitar qualificação técnica das licitantes, mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - I. Apresentar atestado (s) de qualificação técnica, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, comprovando que a licitante tenha executado serviços de Plano Coletivo Empresarial de Assistência à Saúde, que englobe os segmentos ambulatorial, hospitalar com obstetrícia, na modalidade livre escolha, com abrangência geográfica nacional, por meio de plano de saúde coletivo empresarial ou seguro saúde, com no mínimo 324 (trezentos e vinte e quatro) beneficiários.





**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



I.I. A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica que comprovem a prestação de serviços de assistência à saúde, como operadora de planos privados de assistência à saúde na modalidade coletivo empresarial, com preço pré-estabelecido, abrangendo ao menos 324 (trezentos e vinte e quatro) beneficiários, está em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, em especial com os § 2º e 5º do art. 67.

Nos termos do § 2º do referido artigo, o Órgão Contratante pode exigir atestados com quantidades mínimas de até 50% das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, vedadas apenas limitações quanto a tempo de emissão do documento e localidade do contrato, o que não ocorre no presente caso.

No caso concreto, a exigência de comprovação de, **no mínimo, 30% (trinta por cento) do total de beneficiários (648/2= 194)**, representam 30% do total de vidas atualmente atendidas e do quantitativo inicial máximo de beneficiários. Além disso, o § 5º do mesmo artigo estabelece que "em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos".

A licitação prevê a contratação de operadora para cobertura de até 648 (seiscentos e quarenta e oito) beneficiários, distribuídos em até 4 categorias de plano, refletindo a complexidade e diversidade do público-alvo.

Atualmente, o Comitê Paralímpico Brasileiro conta com 648 (seiscentos e quarenta e oito) vidas ativas distribuídas em 4 categorias, o que justifica plenamente a exigência de experiência prévia com porte e estrutura semelhantes, como forma de mitigar riscos à execução contratual.

As exigências formuladas visam assegurar que as licitantes demonstrem experiência compatível com a complexidade e a estrutura operacional exigida para atender adequadamente as necessidades do Comitê Paralímpico Brasileiro, conforme previsto neste Termo de Referência.

Não se trata de restrição indevida à competitividade, mas de critério legítimo para aferição da capacidade técnica operacional, em linha com os princípios da proporcionalidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para o Comitê Paralímpico Brasileiro, nos termos da legislação vigente

- II. Comprovação de registro da empresa licitante junto à Agência Nacional de Saúde– ANS, dentro do prazo de validade, para comprovar que a licitante está apta a prestar os serviços objeto deste Termo de Referência, de acordo com o disposto na Lei nº 9.656/98 e demais normas cabíveis.

CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO
Rod. dos Imigrantes, km 11,5 – Vila Guarani, São Paulo – SP, 04329-100



@braparalímpico



comitê paralímpico brasileiro



@brasilparalímpico



23. DA PROPOSTA

- 23.1. Apresentar preço per capita para cada padrão de plano, separadamente, em moeda nacional, constando apenas 2 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 23.2. Os preços cotados deverão conter todas as despesas com materiais, ferramentas, manuseio, mão-de-obra, embalagens, equipamentos auxiliares, instrumentos de medição, máquinas em geral, impostos, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, salários e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto.
- 23.3. Apresentar as condições gerais dos planos oferecidos, contendo inclusive a relação de despesas e serviços não cobertos e ou não garantidos, bem como os prazos de carência para os beneficiários que venham a ser incluídos no sistema após os prazos estabelecidos na seção que trata de carências.
- 23.4. Relacionar as coberturas adicionais que forem oferecidas na condição de cortesia e que não vão influenciar na formação de preço tão pouco no julgamento das propostas.

24. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- 24.1. As propostas serão julgadas avaliando-se o custo total da proposta para 12 meses, considerando a estimativa de distribuição de vidas entre os padrões de plano.
- 24.2. A proposta de preço per capita apresentada para cada padrão de plano será multiplicada pela respectiva estimativa de vidas.
- 24.3. Será considerada vencedora a empresa que obtiver o menor custo total para 12 meses, calculado pelo somatório dos custos mensais das propostas de cada padrão de plano.





**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



ANEXO I-A

REDE HOSPITALAR E LABORATÓRIAL MÍNIMA

JUSTIFICATIVA TÉCNICA:

A exigência de rede não se baseou exclusivamente no número de beneficiários. Isso porque, não houve determinação de proporção direta e fixa entre número de beneficiários e número de unidades hospitalares ou laboratoriais.

A definição dos quantitativos mínimos exigidos foi fruto de análise técnica detalhada da equipe de planejamento, com base em múltiplos critérios, entre os quais:

- histórico de utilização da rede anterior contratada;
- distribuição geográfica dos beneficiários e suas rotinas de deslocamento;
- garantia de acesso regional e imediato no atendimento (em especial nas urgências e emergências);
- análise dos feedbacks dos usuários em contratações anteriores;
- manutenção da qualidade e da universalidade da assistência, independentemente do local onde os colaboradores estejam lotados.

A exigência não impõe o credenciamento de toda a rede referenciada apresentada. O edital não exige que a totalidade dos hospitais e laboratórios listados no Termo de Referência esteja credenciada.

Pelo contrário, estabelece um número mínimo de unidades a serem indicadas a partir da lista referencial — o que garante isonomia e transparência, bem como confere flexibilidade ao licitante para escolher, dentro daquela base, os estabelecimentos que melhor atendam sua estratégia e capacidade negocial.

A referência à competitividade é descabida. A estrutura exigida no edital reflete a complexidade do objeto e os riscos envolvidos em sua execução. A busca pela proposta mais vantajosa ao Comitê Paralímpico Brasileiro não pode se sobrepor à garantia da adequada prestação dos serviços de saúde aos beneficiários.

Ademais, a jurisprudência do TCU corrobora a legalidade da modelagem adotada. Ainda sobre a questão da exigência, trazemos o Acórdão TCU 2535/2013 – Plenário, que além de entender que a definição de uma rede mínima de estabelecimentos credenciados não constitui uma irregularidade, ainda reconhece que permitir que as empresas constituam sua lista com hospitais que elas entendam como equivalentes traria um grau de subjetividade muito grande, além de incumbir ao pregoeiro a definição dessa equivalência no momento





da aceitabilidade da proposta, o que extrapola suas funções. O Acórdão na íntegra pode ser visitado no seguinte link:

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordaocompleto/ACORDAO-COMPLETO-1286681>

E para complementar o Acórdão anterior apresentado, junta-se a decisão do também Acórdão TCU, de nº 542/2003:

“Primeira Câmara, referente a uma licitação de mesmo objeto: “5. Com efeito, o requisito de que as prestadoras de serviços de saúde participantes da licitação disponham de rede credenciada de atendimento não constitui restrição ao caráter competitivo do certame. Trata-se, como visto, de dispositivo destinado a assegurar que a assistência a ser prestada aos servidores da autarquia se faça em consonância com as peculiaridades destes, evitando que se vejam submetidos a procedimentos onerosos e desnecessários. Dessa forma, entendo que a opção feita insere-se no poder discricionário do gestor, não havendo necessidade de alterações quanto a esse ponto.” Link do Acórdão: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAOCOMPLETO-11358>

Assim, não vislumbramos eventual desproporcionalidade ou excesso quanto a exigência, mas sim adequação técnica à natureza do serviço, ao perfil dos beneficiários e à obrigação constitucional de garantir o acesso integral à saúde.

Desse modo, os Hospitais destacados em amarelo no Anexo correspondente deverão constar obrigatoriamente na rede credenciada do plano de saúde, não podendo ser substituídos por Hospitais e Laboratórios da Rede da Operadora, tendo em vista a recorrente e comprovada utilização desses prestadores pelos colaboradores e seus dependentes, configurando-se como unidades estratégicas para garantir a continuidade, a qualidade e a adequação da assistência à saúde ofertada.

Quanto a obrigatoriedade da apresentação da rede mínima de hospitais:

A Licitante Vencedora deverá apresentar, obrigatoriamente, no momento da assinatura do contrato a relação de rede credencia mínima descrita na tabela abaixo (tachados em amarelo).




**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**

REDE OBRIGATÓRIA
ANEXO I-A
REDE HOSPITALAR E LABORATÓRIOS

1.	PLANO I - ENFERMARIA
1.1.	REDE HOSPITALAR EM SÃO PAULO
1.1.1	CENTRO
1.1.1.1	HOSPITAL SANTA CATARINA
1.1.1.2	HOSPITAL BENEFICÊNCIA PORTUGUESA – LIBERDADE
1.1.1.3	INCOR INSTITUTO DO CORAÇÃO

1.1.2	LESTE
1.1.2.1	HOSPITAL VILLA LOBOS
1.1.2.2	I B C C

1.1.3	NORTE
1.1.3.1	HOSPITAL SÃO CAMILO - SANTANA

1.1.4	OESTE
1.1.4.1	HOSPITAL SÃO CAMILO - POMPEIA

1.1.5	SUL
1.1.5.1	HOSPITAL SÃO LUIZ - JABAQUARA
1.1.5.2	HOSPITAL SÃO CAMILO - IPIRANGA
1.1.5.3	HOSPITAL SANTA - PAULA
1.1.5.4	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA - JOANA
1.1.5.5	A C CAMARGO CANCER - CENTER
1.1.5.6	- AACD

1.2.	REDE HOSPITALAR NO ABC	
ITEM	REDE HOSPITALAR NO ABC - PLANO I	CIDADE/ABC
1.2.1	INNOVA HOSPITAIS ASSOCIADOS	DIADEMA
1.2.2	HOSPITAL E MATERNIDADE BRASIL – UNIDADE MAUÁ	MAUÁ
1.2.3	HOSPITAL RIBEIRÃO PIRES	RIBEIRÃO PIRES
1.2.4	HOSPITAL E MATERNIDADE BRASIL	SANTO ANDRE
1.2.5	HOSPITAL E MATERNIDADE BARTIRA	SANTO ANDRE
1.2.6	HOSPITAL IFOR	SÃO BERNARDO DO CAMPO
1.2.7	HOSPITAL SÃO LUIZ SÃO BERNARDO – ASSUNÇÃO	SÃO BERNARDO DO CAMPO
1.2.8	HOSPITAL SÃO LUIZ - SÃO CAETANO	SÃO CAETANO DO SUL

1.3.	REDE HOSPITALAR NA BAIXADA SANTISTA	
ITEM	REDE HOSPITALAR NA BAIXADA SANTISTA - PLANO I	REGIÃO/BAIXADA
1.3.1	HOSPITAL ANA COSTA	CUBATÃO
1.3.2	HOSPITAL FREI GALVÃO	GUARUJÁ

CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO
Rod. dos Imigrantes, km 11,5 – Vila Guarani, São Paulo – SP, 04329-100



@braparalímpico



comitê paralímpico brasileiro



@brasilparalímpico



1.3.3	IRMANDADE DO HOSPITAL SÃO JOSÉ	SÃO VICENTE
-------	--------------------------------	-------------

1.4. REDE DE LABORATÓRIOS		
ITEM	REDE DE LABORATÓRIOS - PLANO I	
1.4.1	A+ MEDICINA DIAGNOSTICA	
1.4.2	CDB - CENTRO DIAGNOSTICO BRASIL	
1.4.3	CURA	
1.4.4	DELBONI AURIEMO MED DIAGNOSTICA	
1.4.5	TECNOLAB	
1.4.6	LABORATÓRIO ANA ROSA	
1.4.7	LABORATÓRIO ANÁLISES CLÍNICAS DR LEAO DE MOURA LTDA	

2. PLANO II - APARTAMENTO		
2.1. REDE HOSPITALAR EM SÃO PAULO		
2.1.1	CENTRO	
2.1.1.1	HOSPITAL PRO MATRE - PAULISTA	
2.1.1.2	HOSPITAL BENEFICIÊNCIA PORTUGUESA - MIRANTE	
2.1.1.3	HOSPITAL OSWALDO - CRUZ	
2.1.1.4	HOSPITAL SANTA - CATARINA	
2.1.1.5	INCOR INSTITUTO DO - CORAÇÃO	
2.1.1.6	HOSPITAL SÃO - PAULO	
2.1.1.7	HOSPITAL - SAMARITANO	

2.1.2	LESTE	
2.1.2.1	HOSPITAL E MATERNIDADESÃO LUIZ - ANÁLIA FRANCO	
2.1.2.2	HOSPITAL VILLA LOBOS	
2.1.2.3	IBCC	

2.1.3	NORTE	
2.1.3.1	HOSPITAL SÃO CAMILO - SANTANA	
2.1.3.2	HOSPITAL SAINT PATRICK - PORTINARI	

2.1.4	OESTE	
2.1.4.1	HOSPITAL SÃO CAMILO - POMPEIA	

2.1.5	SUL	
2.1.5.1	MATERNIDADE SÃO LUIZ STAR	
2.1.5.2	HOSPITAL SÃO LUIZ - MORUMBI	
2.1.5.3	HOSPITAL SÃO LUIZ - ITAIM	
2.1.5.4	HOSPITAL SÃO LUIZ - JABAQUARA	
2.1.5.5	HOSPITAL PROF EDMUNDO VASCONCELOS	
2.1.5.6	HOSPITAL SÃO CAMILO - IPIRANGA	
2.1.5.7	A.C. CAMARGO CANCER CENTER	
2.1.5.8	A A C D	





2.2. REDE HOSPITALAR NO ABC		
ITEM	REDE HOSPITALAR NO ABC - PLANO II	CIDADE/ABC
2.2.1	INNOVA HOSPITAIS ASSOCIADOS DIADEMA	DIADEMA
2.2.2	HOSPITAL E MATERNIDADE BRASIL - UNIDADE MAUÁ MAUÁ	MAUÁ
2.2.3	HOSPITAL RIBEIRÃO PIRES RIBEIRAO PIRES	RIBEIRAO PIRES
2.2.4	HOSPITAL E MATERNIDADE BRASIL - UNIDADE SANTO ANDRÉ SANTO ANDRE	SANTO ANDRE
2.2.5	HOSPITAL E MATERNIDADE BARTIRA SANTO ANDRE	SANTO ANDRE
2.2.6	HOSPITAL IFOR SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO BERNARDO DO CAMPO
2.2.7	HOSPITAL SÃO LUIZ ASSUNÇÃO SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO BERNARDO DO CAMPO
2.2.8	HOSPITAL SÃO LUIZ - SÃO CAETANO SÃO CAETANO DO SUL	SÃO CAETANO DO SUL

2.3. REDE HOSPITALAR NA BAIXADA SANTISTA		
ITEM	REDE HOSPITALAR NA BAIXADA SANTISTA - PLANO II	REGIÃO/BAIXADA
2.3.1	HOSPITAL ANA COSTA	CUBATÃO
2.3.2	HOSPITAL FREI GALVÃO	SANTOS

2.4. REDE DE LABORATÓRIOS	
ITEM	REDE DE LABORATÓRIOS - PLANO II
2.4.1	A+ MEDICINA DIAGNOSTICA
2.4.2	CDB - CENTRO DIAGNOSTICO BRASIL
2.4.3	CURA
2.4.4	DELBONI AURIEMO MED DIAGNOSTICA
2.4.5	TECNOLAB
2.4.6	LABORATÓRIO ANA ROSA
2.4.7	DR LEAO DE MOURA

3. PLANO III	
3.1. REDE HOSPITALAR E LABORATÓRIOS	
3.1.1	Além da Relação dos Hospitais constantes no Anexo I - A, Plano I e II, deverá ter atendimento nos seguintes hospitais para o Plano III: a) Hospital Vila Nova Star; b) Alta Excelência Diagnóstica (todas as unidades).

4. PLANO IV	
4.1. REDE HOSPITALAR E LABORATÓRIOS	
4.1.1.	Além da Relação dos Hospitais constantes no Anexo I - A, Plano I. II e III, deverá ter atendimento nos seguintes hospitais para o Plano IV: a) Hospital Albert Einstein (todas as unidades) b) Hospital Sírio Libanês (todas as unidades); c) Laboratórios Fleury Medicina e Saúde (todas as unidades)





Considerando que os hospitais abaixo, são os mais utilizados por nossos colaboradores, a Licitante Vencedora deverá apresentar a relação de rede credenciada na assinatura do contrato de no mínimo 80% (oitenta) por cento descrita na tabela abaixo:

ANEXO I-A
REDE HOSPITALAR E LABORATÓRIOS

1.	PLANO I - ENFERMARIA
1.1.	REDE HOSPITALAR EM SÃO PAULO
1.1.1	CENTRO
1.1.1.1	HOSPITAL DA CRIANÇA
1.1.1.2	HOSPITAL LEFORTE – LIBERDADE
1.1.1.3	HOSPITAL SANTA ISABEL
1.1.1.4	HOSPITAL SÃO PAULO
1.1.1.5	HOSPITAL DAS CLÍNICAS – FMUSP
1.1.1.6	HOSPITAL SANTA RITA
1.1.1.7	HOSPITAL SAHA
1.1.1.8	IGESP
1.1.1.9	CEMA HOSPITAL ESPECIALIZADO
1.1.1.10	DAY CLINIC
1.1.2	LESTE
1.1.2.1	HOSPITAL SANTA VIRGINIA
1.1.2.2	HOSPITAL NIPO BRASILEIRO
1.1.2.3	HOSPITAL NIPO BRASILEIRO
1.1.2.4	HOSPITAL JARDIM HELENA
1.1.2.5	HOSPITAL ITAQUERA SC LTDA
1.1.2.6	HOSPITAL INDEPENDENCIA
1.1.2.7	HOSPITAL CENTRAL DO TATUAPÉ
1.1.2.8	HOSPITAL CENTRAL DE GUAIANASES
1.1.2.9	HOSPITAL E MATERNIDADE OITO DE MAIO
1.1.3	NORTE
1.1.3.1	HOSPITAL E MATERNIDADE PRESIDENTE
1.1.3.2	HOSPITAL SAINT PATRICK - PORTINARI
1.1.3.3	VERAL E MATERNIDADE PRESIDENTE
1.1.3.4	HOSPITAL CLIN FRAT ZONA NORTE - SC
1.1.4	OESTE
1.1.4.1	HOSPITAL METROPOLITANO - LAPA
1.1.4.2	HOSPITAL ALBERT - SABIN
1.1.4.3	UNIDADE AVANÇADA LUZ - BUTANTÃ





1.1.5	<u>SUL</u>
1.1.5.1	HOSPITAL LEFORTE - MORUMBI
1.1.5.2	HOSPITAL SANTA - CRUZ
1.1.5.3	HOSPITAL ALVORADA - MOEMA
1.1.5.4	HOSPITAL - SEPACO
1.1.5.5	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA - MARIA
1.1.5.6	HOSPITAL GRAACC INSTITUTO DE ONCOLOGIA - PED
1.1.5.7	HOSPITAL BLANC - SP
1.1.5.8	CLÍNICA INFANTIL SANTA - ISABELLA
1.1.5.9	CLINISUL SERV MED ZONA - SUL
1.1.5.10	HOSPITAL E MATERNIDADE - VIDAS
1.1.5.11	HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO - RAFAEL
1.1.5.12	HOSPITAL CENTRAL - SUL
1.1.5.13	HOSPITAL DOM - ALVARENGA
1.1.5.14	UNIDADE AVANÇADA LUZ SANTO - SANTO AMARO

1.2. REDE HOSPITALAR NO ABC		
ITEM	REDE HOSPITALAR NO ABC - PLANO I	CIDADE/ABC
1.2.1	SANTA CASA DE MAUÁ	MAUÁ
1.2.2	HOSPITAL E MATERNIDADE DR CHRISTOVÃO DA GAMA	SANTO ANDRE
1.2.3	CENTRO DE TRATAMENTO BEZERRA DE MENEZES	SÃO BERNARDO DO CAMPO
1.2.4	HOSPITAL DE OLHOS ABC	SÃO BERNARDO DO CAMPO
1.2.5	HOSPITAL ITACOLONY JARDIM DO MAR	SÃO BERNARDO DO CAMPO
1.2.6	HOSPITAL SÃO BERNARDO	SÃO BERNARDO DO CAMPO
1.2.7	NOTRECARE	SÃO BERNARDO DO CAMPO
1.2.8	SANTA MARCELINA SAUDE	SÃO BERNARDO DO CAMPO
1.2.9	HOSPITAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	SÃO CAETANO DO SUL
1.2.10	HOSPITAL DI THIENE SÃO CAETANO	SÃO CAETANO DO SUL

1.3. REDE HOSPITALAR NA BAIXADA SANTISTA		
ITEM	REDE HOSPITALAR NA BAIXADA SANTISTA - PLANO I	REGIÃO/BAIXADA
1.3.1	CASA DE SAUDE DO GUARUJÁ	GUARUJÁ
1.3.2	P S ANA COSTA UNIDADE ENSEADA DO GUARUJA	GUARUJÁ
1.3.3	CASA DE S DE SANTOS PRAIA GRANDE	PRAIA GRANDE
1.3.4	P S ANA COSTA	PRAIA GRANDE
1.3.5	CASA DE SAUDE DE SANTOS	SANTOS
1.3.6	HOSPITAL ANA COSTA	SANTOS
1.3.7	HOSPITAL E PS INFANTIL GONZAGA	SANTOS
1.3.8	HOSPITAL FREI GALVÃO	SANTOS
1.3.9	HOSPITAL SÃO LUCAS	SANTOS
1.3.10	SANTA CASA DE SANTOS	SANTOS
1.3.11	HOSPITAL ANA COSTA	SÃO VICENTE





1.4. REDE DE LABORATÓRIOS	
ITEM	REDE DE LABORATÓRIOS - PLANO I
1.4.1	CIMERMAN
1.4.2	SCHMILLEVITCH
1.4.3	CRYA
1.4.4	DR ARTUR PARADA
1.4.5	FEMME LABORATORIO DA MULHER
1.4.6	LABI EXAMES
1.4.7	LABORHCLIN
1.4.8	LAVOISIER MED DIAGNOSTICA
1.4.9	NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE SA
1.4.10	PATHOS LABORATORIO
1.4.11	SALOMAO ZOPPI
1.4.12	SENNE LIQUOR
1.4.13	ULTRALAB DIAG POR IMAGEM
1.4.14	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S/A
1.4.15	LABORATÓRIO HORMON
1.4.16	LABORATÓRIO PADRÃO
1.4.17	INSTITUTO PAULISTA ANÁLISES CLÍNICAS
1.4.18	A+ MEDICINA DIAGNOSTICA ABC
1.4.19	INSTITUTO FLEMING
1.4.20	MIRANDA E WIERMANN DIAG IMAGEM
1.4.21	NUCLEAR DIAGNOSTICO MEDICOS
1.4.22	MEDICAL - LABORATORIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
1.4.23	SBC DIAGNOSTICO POR IMAGEM
1.4.24	TEC LAB MEDICINA DIAGNOSTICA
1.4.25	IMEDI INSTITUTO METODOS DIAGNOSTICOS SANTOS
1.4.26	INSTITUTO DE ANÁLISES CLÍNICAS DE SANTOS
1.4.27	LABORATÓRIO CELLULA MATER
1.4.28	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS GONZAGA SC LTDA
1.4.29	LABORATÓRIO PASTEUR ANÁLISES CLÍNICAS SC LTDA
1.4.30	LABORATÓRIO PAULISTA DE ANÁLISES CLÍNICAS SC LTDA
1.4.31	LABORATÓRIO SANTISTA
1.4.32	LABORATORIO MENZEN

2. PLANO II - APARTAMENTO	
2.1. REDE HOSPITALAR EM SÃO PAULO	
2.1.1	CENTRO
2.1.1.1	HOSPITAL DA - CRIANÇA
2.1.1.2	HOSPITAL DO CORAÇÃO - HCOR
2.1.1.3	HOSPITAL NOVE DE - JULHO
2.1.1.4	HOSPITAL INFANTIL - SABARÁ
2.1.1.5	HOSPITAL LEFORTE - LIBERDADE
2.1.1.6	CEMA HOSPITAL - ESPECIALIZADO





2.1.1.7	HOSPITAL SANTA - RITA
2.1.1.8	HOSPITAL BENEFICÊNCIA PORTUGUESA - LIBERDADE
2.1.1.9	HOSPITAL SANTA - ISABEL
2.1.1.10	- DAYCLINIC
2.1.1.11	HOSPITAL DAS CLÍNICAS - FMUSP
2.1.1.12	- IGESP
2.1.1.13	HOSPITAL - PAULISTANO
2.1.1.14	HOSPITAL - SAHA

2.1.2	<u>LESTE</u>
2.1.2.1	HOSPITAL VITÓRIA - ANÁLIA FRANCO
2.1.2.2	HOSPITAL NIPO BRASILEIRO
2.1.2.3	HOSPITAL CENTRAL DO TATUAPÉ
2.1.2.4	HOSPITAL SANTA MARCELINA
2.1.2.5	HOSPITAL SANTA VIRGINIA
2.1.2.6	HOSPITAL CENTRAL DE GUAIANASES
2.1.2.7	HOSPITAL E MATERNIDADE OITO MAIO
2.1.2.8	HOSPITAL INDEPENDÊNCIA
2.1.2.9	HOSPITAL ITAQUERA
2.1.2.10	HOSPITAL JARDIM HELENA

2.1.3	<u>NORTE</u>
2.1.3.1	HSANP - SAN PAOLO
2.1.3.2	HOSPITAL E MATERNIDADE PRESIDENTE
2.1.3.3	CLIN FRAT ZONA NORTE
2.1.3.4	VERA CRUZ

2.1.4	<u>OESTE</u>
2.1.4.1	HOSPITAL METROPOLITANO - LAPA
2.1.4.2	HOSPITAL ALBERT SABIN
2.1.4.3	UNIDADE AVANÇADA LUZ - BUTANTÃ

2.1.5	<u>SUL</u>
2.1.5.1	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA JOANA
2.1.5.2	HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA
2.1.5.3	HOSPITAL ALVORADA MOEMA
2.1.5.4	HOSPITAL DO SEPACO
2.1.5.5	HOSPITAL LEFORTE - MORUMBI
2.1.5.6	HOSPITAL SANTA CRUZ
2.1.5.7	HOSPITAL SANTA PAULA
2.1.5.8	HOSPITAL GRAACC INSTITUTO DE ONCOLOGIA PED
2.1.5.9	HOSPITAL BLANC
2.1.5.10	CLÍNICA INFANTIL SANTA ISABELLA





2.1.5.11	HOSPITAL E MATERNIDADE VIDAS
2.1.5.12	HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO RAFAEL
2.1.5.13	HOSPITAL CENTRAL SUL
2.1.5.14	HOSPITAL DOM ALVARENGA
2.1.5.15	CLINISUL SERV MED ZONA SUL
2.1.5.16	UNIDADE AVANÇADA LUZ - SANTO AMARO

2.2. REDE HOSPITALAR NO ABC		
ITEM	REDE HOSPITALAR NO ABC - PLANO II	CIDADE/ABC
2.2.1	SANTA CASA DE MAUÁ	MAUÁ
2.2.2	HOSPITAL E MATERNIDADE DR CHRISTOVÃO DA GAMA SANTO ANDRE	SANTO ANDRE
2.2.3	CENTRO DE TRATAMENTO BEZERRA DE MENEZES SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO BERNARDO DO CAMPO
2.2.4	HOSPITAL DE OLHOS ABC SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO BERNARDO DO CAMPO
2.2.5	HOSPITAL ITACOLONY JARDIM DO MAR SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO BERNARDO DO CAMPO
2.2.6	HOSPITAL SÃO BERNARDO SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO BERNARDO DO CAMPO
2.2.7	NOTRECARE SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO BERNARDO DO CAMPO
2.2.8	HOSPITAL SANTA MARCELINA SAUDE SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO BERNARDO DO CAMPO
2.2.9	HOSPITAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA SÃO CAETANO DO SUL	SÃO CAETANO DO SUL
2.2.10	HOSPITAL DI THIENE SÃO CAETANO DO SUL	SÃO CAETANO DO SUL

2.3. REDE HOSPITALAR NA BAIXADA SANTISTA		
ITEM	REDE HOSPITALAR NA BAIXADA SANTISTA - PLANO II	REGIÃO/BAIXADA
2.3.1	CASA DE SAUDE DO GUARUJÁ	GUARUJÁ
2.3.2	HOSPITAL FREI GALVÃO	GUARUJÁ
2.3.3	P S ANA COSTA UNIDADE ENSEADA DO GUARUJA	GUARUJÁ
2.3.4	CASA DE SAÚDE DE SANTOS - UNIDADE PRAIA GRANDE	PRAIA GRANDE
2.3.5	P S ANA COSTA	PRAIA GRANDE
2.3.6	CASA DE SAUDE DE SANTOS	SANTOS
2.3.7	HOSPITAL ANA COSTA	SANTOS
2.3.8	HOSPITAL E PS INFANTIL GONZAGA	SANTOS
2.3.9	HOSPITAL SÃO LUCAS	SANTOS
2.3.10	SANTA CASA DE SANTOS	SANTOS
2.3.11	HOSPITAL ANA COSTA	SÃO VICENTE
2.3.12	IRMANDADE DO HOSPITAL SÃO JOSE	SÃO VICENTE

2.4. REDE DE LABORATÓRIOS	
ITEM	REDE DE LABORATÓRIOS - PLANO II
2.4.1	CIMERMAN
2.4.2	SCHMILLEVITCH
2.4.3	CRYA
2.4.4	FEMME LABORATÓRIO DA MULHER
2.4.5	LAVOISIER MED DIAGNOSTICA
2.4.6	SALOMAO ZOPPI





2.4.7	INSTITUTO HERMES PARDINI
2.4.8	LABI EXAMES
2.4.9	LABORATÓRIO LOCUS
2.4.10	LABORHCLIN
2.4.11	NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S. A
2.4.12	PATHOS LABORATORIO
2.4.13	SENNE LIQUOR
2.4.14	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S/A
2.4.15	HORMON
2.4.16	PADRÃO
2.4.17	FLEMING
2.4.18	MIRANDA E WIERMANN DIAG IMAGEM
2.4.19	MEDICAL LAB
2.4.20	TEC LAB MEDICINA DIAGNOSTICA
2.4.21	ISA LAB
2.4.22	LABORATÓRIO ANÁLISES CLÍNICAS SANTA CLARA
2.4.23	BIOANALISE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
2.4.24	IMEDI INST METODOS DIAGNOST SANTOS
2.4.25	INSTITUTO DE ANÁLISES CLÍNICAS DE SANTOS
2.4.26	CELLULA MATER
2.4.27	LABORATÓRIO ANÁLISES CLÍNICAS GONZAGA
2.4.28	PASTEUR
2.4.29	LABORATÓRIO SANTISTA
2.4.30	LABORATÓRIO MENZEN
2.4.31	NUCLEOMED MEDICINA NUCLEAR COMPUTADORIZADA
2.4.32	ULTRA IMAGEM

3. **PLANO III**

3.1. **REDE HOSPITALAR E LABORATÓRIOS**

3.1.1. Além da Relação dos Hospitais constantes no Anexo I-A, **Plano I e II**, deverá ter atendimento nos seguintes hospitais para o Plano III:

- a) Hospital Vila Nova Star;
- b) Alta Excelência Diagnóstica (**todas as unidades**).

4. **PLANO IV**

4.1. **REDE HOSPITALAR E LABORATÓRIOS**

4.1.1. Além da Relação dos Hospitais constantes no Anexo I-A, **Plano I, II e III**, deverá ter atendimento nos seguintes hospitais para o Plano IV:





- a) Hospital Albert Einstein **(todas as unidades);**
- b) Hospital Sírio Libanês **(todas as unidades);**
- c) Laboratórios Fleury Medicina e Saúde **(todas as unidades).**

Lucas Bomfim Macedo
Comitê Paralímpico Brasileiro
Recursos Humanos





ANEXO II MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO Nº 0141/2026**UASG Nº CÓDIGO DA UASG: 929472****MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/CPB/2026**

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Plano Coletivo Empresarial de Assistência à Saúde, por intermédio de operadora da saúde coletiva empresarial ou seguradora, em âmbito nacional, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

AO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

A empresa, estabelecida à inscrita no CNPJ sob nº, telefone nº e endereço de e-mail, através de seu representante legal abaixo assinado, propõe assinar Termo de Contratos junto ao Comitê Paralímpico Brasileiro, em estrito cumprimento ao previsto no edital de Pregão Eletrônico nº 90.011/CPB/2026 e seus anexos, praticando os valores abaixo discriminados:

GRUPO ÚNICO							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QNT BENEFICIARIOS	MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL PARA 12 MESES
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO COLETIVO EMPRESARIAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COM ABRAGÊNCIA NACIONAL (PLANO I)	Serviço	0	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO COLETIVO EMPRESARIAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COM ABRAGÊNCIA NACIONAL (PLANO II)	Serviço	515	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO COLETIVO EMPRESARIAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COM ABRAGÊNCIA NACIONAL (PLANO III)	Serviço	128	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO COLETIVO EMPRESARIAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COM ABRAGÊNCIA NACIONAL (PLANO IV)	Serviço	5	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL: R\$							R\$ -





Fica ciente, ainda, que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital que orientará a futura Contratação, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, que integrarão o ajuste correspondente.

Fica ciente, outrossim, que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, de modo que nenhuma outra remuneração será devida, afastando qualquer hipótese de responsabilidade solidária pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com o objeto da licitação.

Forma de execução do fornecimento: conforme edital.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Condições de Pagamento: Os pagamentos serão efetuados na forma estabelecida no edital.

Condições de entrega: Conforme previsão do cronograma estabelecidos no edital.





DADOS PARA O CADASTRO DO FORNECEDOR (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

DADOS DO FORNECEDOR	
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Bairro:	
Cidade:	
UF:	
CEP:	
CONTATOS	
Resp. Ass. Contrato:	
CPF:	
RG:	
E-mail:	
Telefone:	
Operacional:	
E-mail:	
Telefone:	
Administrativo:	
E-mail:	
Telefone:	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
Dados Bancários para Depósito	
Banco:	
Agência:	
Conta Corrente:	

Responsável (nome/cargo/assinatura)



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO
CONFORME MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

PROCESSO Nº 0141/2026

UASG Nº CÓDIGO DA UASG: 929472

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/CPB/2026

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Plano Coletivo Empresarial de Assistência à Saúde, por intermédio de operadora da saúde coletiva empresarial ou seguradora, em âmbito nacional, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), CNPJ nº _____ interessado em participar do Pregão Eletrônico em epígrafe, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o conteúdo da proposta apresentada não foi e nem será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto e;
- d) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira e ao CPB, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:





I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – No tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com o CPB, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com o CPB;

V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou funcionários, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Local e data

Responsável (nome/cargo/assinatura)

Nome da Empresa

Telefone para contato

(Nº do CNPJ da Empresa)





**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



ANEXO IV

QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE DE INTEGRIDADE

Por favor, responda as perguntas abaixo de acordo com o melhor do seu conhecimento. Caso seja necessário, informações adicionais podem ser incluídas ao final deste formulário.

DADOS SOBRE A SUA EMPRESA OU GRUPO ECONÔMICO ("EMPRESA"):

listar e anexar documentos comprobatórios do regular registro do Parceiro.

DADOS DO FORNECEDOR	
Razão Social:	
OUTROS NOMES/NOME FANTASIA:	
CNPJ/MF:	
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	
ENDEREÇO:	
Cidade:	
UF:	
CEP:	
CONTATOS	
TELEFONE:	
SITE/REDE SOCIAL INSTITUCIONAL:	
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS:	
FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA DA EMPRESA:	

IDENTIFICAR E INFORMAR OS NOMES E ENDEREÇOS DE CONTROLADORA, QUALQUER SUBSIDIÁRIA E/OU COLIGADA, QUALQUER OUTRA EMPRESA OU ENTIDADE NA QUAL DETENHA O CONTROLE ACIONÁRIO E A RESPECTIVA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA:

INDICAR QUAIS PESSOAS INTEGRAM OU INTEGRARAM, NOS ÚLTIMOS 5 (CINCO) ANOS, A DIRETORIA E O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA:

ACIONISTAS/SÓCIOS (NOME, CPF, NACIONALIDADE E % DE PARTICIPAÇÃO):





**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



- a. **Objeto social e atividades permitidas pela pessoa jurídica (indicar CNAE na medida do possível):**

- b. **A Empresa é listada na bolsa de valores?**

- c. **Indicar três referências comerciais:**

- d. **Como você ou a Empresa iniciou contato com o Comitê Paralímpico Brasileiro ("CPB") ?** Fornecer nome e cargo de quem fez a recomendação ou solicitou nosso contato. Se o responsável por lhe apresentar o CPB for algum externo ou terceirizado, favor fornecer o nome da pessoa, CPF/CNPJ e empresa respectiva.

- e. **Favor indicar o objeto específico desta contratação e a experiência e qualificação da Empresa para prestar tais serviços.**

- f. **Favor indicar o nome, cargo e CPF de todos os funcionários que estarão diretamente responsáveis pela prestação de serviços para o CPB.**

II. INTEGRIDADE

CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO
Rod. dos Imigrantes, km 11,5 - Vila Guarani, São Paulo - SP, 04329-100



@braparalímpico



comitê paralímpico brasileiro



@brasilparalímpico



**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



- a) **A Empresa, por meio de seus sócios, diretores ou administradores é, já foi ou possui algum familiar que seja colaborador do CPB?** Caso positivo, favor especificar a situação, incluindo o cargo ocupado, período e grau de parentesco.

SIM () | NÃO ()

- b) **A Empresa, por meio de seus sócios, diretores ou administradores, é ou foi, direta ou indiretamente, controlada por agente público?** Caso positivo, indicar o nome do profissional, o período, cargo ocupado e o órgão em que trabalhou ou trabalha.

SIM () | NÃO ()

- c) **A Empresa, por meio de seus sócios, diretores ou administradores, possui algum familiar ou pessoa próxima que seja agente público?**

Caso afirmativo, indicar o cargo ocupado, período, grau de parentesco e o órgão no qual esta pessoa trabalha.

SIM () | NÃO ()

- d) **Algum governo ou agência, tanto federal, estadual ou municipal, detém 25% (vinte e cinco por cento) ou mais das ações da Empresa ou, ainda, exerce qualquer espécie de controle ou influência em relação a esta?** Caso positivo, favor especificar a situação.

SIM () | NÃO ()





- e) **A Empresa contrata qualquer espécie de serviço (consultoria ou contabilidade, por exemplo) prestado por Pessoa Politicamente Exposta ou por indivíduo que mantém relacionamento com agentes públicos?** Caso positivo, favor especificar a situação, incluindo o cargo ocupado, período, grau de parentesco e/ou relacionamento.

SIM () | NÃO ()

- f) A Empresa (ou qualquer empresa do mesmo grupo econômico, ainda que extinta, incorporada ou fundida), por meio de seus sócios, diretores ou administradores, prestadores de serviço, agentes ou outras partes relacionadas **foi, nos últimos 10 (dez) anos, parte de alguma fiscalização, investigação, processo judicial e/ou administrativo, punição ou avaliação, por parte da Empresa e/ou de qualquer autoridade competente, por envolvimento em práticas de corrupção**, incluindo, mas não se limitando a propina, lavagem de dinheiro, conflito de interesses, improbidade administrativa, fraude fiscal, antitruste e/ou pelo não cumprimento de práticas relacionadas ao programa de integridade? Caso positivo, favor especificar.

SIM () | NÃO ()

- g) **Há alegações na imprensa de grande circulação ou na imprensa local onde está situada a sede da Empresa, de que algum membro da alta administração ou com cargo de direção, gerência ou supervisão (tal como acionista, sócio, membro do conselho de administração, CEO, diretor, superintendente, gerente, etc.) tenha cometido atos de corrupção e suborno ou lavagem de dinheiro, seja no Brasil ou no exterior?** Caso positivo, favor especificar.

SIM () | NÃO ()





- h) **A Empresa (ou qualquer empresa do mesmo grupo econômico, ainda que extinta, incorporada ou fundida) está ou foi impedida de participar de licitação ou celebrar contratos administrativos ou foi declarada inidônea por qualquer ente federativo ou Poder da Federação? A Empresa consta do Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS ou do Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, ou possui algum acordo de leniência vigente?** Caso positivo, favor especificar.

SIM () | NÃO ()

- i) **A Empresa realiza negócios com o governo e/ou participa de licitações?** Se sim, qual o percentual da receita da Empresa é originado por negócios com o governo?

SIM () | NÃO ()

- j) **A Empresa realiza doações e patrocínios?** Se sim, explicar os procedimentos para concessão de doações e patrocínios, incluindo o fluxo de aprovação e as diligências realizadas.

SIM () | NÃO ()

- k) **A Empresa manterá interações com agentes públicos ou Pessoas Politicamente Expostas em nome do CPB em virtude da prestação de serviços?** Caso positivo, favor especificar.

SIM () | NÃO ()

- l) **A Empresa, por meio de seus sócios, diretores ou administradores, possui alguma outra atividade ou algum outro relacionamento que possa potencialmente caracterizar um conflito de interesses que**





**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



não foi abrangido pelas perguntas acima? Caso positivo, favor especificar.

SIM () | NÃO ()

III. PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA:

- a) **A empresa possui Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa? Em caso positivo, indicar o diretor responsável pelo Programa.**

SIM () | NÃO ()

- b) **A empresa possui procedimento para conhecer seus parceiros, funcionários e clientes (*Know Your Customer, Know Your Employee, Know Your Supplier/Partner*)?**

SIM () | NÃO ()

- c) **A empresa tem programa de prática de conscientização (treinamento e comunicação) em Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP), incluindo terceiros - parceiros e fornecedores?**

SIM () | NÃO ()

IV. ADMINISTRADORES E SÓCIOS DA EMPRESA:

CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO
Rod. dos Imigrantes, km 11,5 - Vila Guarani, São Paulo - SP, 04329-100



@braparalímpico



comitê paralímpico brasileiro



@brasilparalímpico



- a) **Caso aplicável, liste todas as pessoas físicas ou jurídicas, membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários da Empresa que detenham participação acionária significativa na Empresa, 5% (cinco por cento) ou mais ("Proprietários"), incluindo cargo e CPF/CNPJ.**

- b) **Caso aplicável, liste todos os Proprietários da Empresa que detenham participação acionária significativa, 5% (cinco por cento) ou mais, e/ou que possuam cargos em outra empresa. Indique, ainda, o nome das respectivas empresas.**

- c) **Caso aplicável, liste todos os Proprietários que são, foram ou possuam relacionamento com agente público e/ou Pessoas Politicamente Expostas.**

V. SUBCONTRATAÇÃO E REMUNERAÇÃO:

- a) **Qual a forma de pagamento a ser utilizada no âmbito da contratação? Haverá alguma condição especial, como taxa de sucesso, valor adiantado ou reembolso de despesas? Caso positivo, favor especificar.**

- b) **A Empresa fará qualquer tipo de pagamento em nome do CPB? Casopositivo, favor especificar.**

- c) **A prestação de serviços será realizada apenas pela Empresa ou haverá subcontratação e/ou participação de representantes externos? Caso**





positivo, favor especificar e indicar o nome dos respectivos representantes externos e empresas, bem como CNPJ ou CPF, endereço e as atividades a serem realizadas por estes.

-
-
- d) **Haverá interação dos subcontratados e/ou representantes externos com agentes públicos e entidades governamentais, incluindo empresas estatais?** Caso positivo, favor especificar.

-
-
- e) **A Empresa exige que seus subcontratados e representantes externos sigam o disposto em seu Código de Ética, bem como cumpram a legislação vigente, especialmente no que tange às leis anticorrupção?** Favor detalhar.

VI. RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO:

Declaro e atesto para os devidos fins que as informações fornecidas anteriormente, bem como os documentos disponibilizados são verdadeiros e não ocultaram quaisquer dados. Se, em algum momento, as informações ou documentos apresentados neste questionário não representarem mais a realidade, concordo em comunicar imediatamente Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB - e fornecer um relatório complementar detalhando referida mudança.

NOME CPF:

CARGO OU FUNÇÃO:





**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



**ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO**

PROCESSO Nº 0141/2026

UASG Nº CÓDIGO DA UASG: 929472

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/CPB/2026

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Plano Coletivo Empresarial de Assistência à Saúde, por intermédio de operadora da saúde coletiva empresarial ou seguradora, em âmbito nacional, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO**, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.700.114/0001-44, com sede na Rodovia dos imigrantes, km 11,5 - CEP: 04329-000 – Vila Guarani – São Paulo/SP, representado pelo seu Presidente, **XXXXXX**, portador da carteira de identidade RG n.º **XXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob o n.º **XXXXXX**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro, **XXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n.º **XXXXXX**, com sede à **XXXXXX**, representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da carteira de identidade RG n.º **XXXXXX**, e inscrito no CPF/MF sob o n.º **XXXXXX**, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o **Processo nº 0141/2026** e com os termos do REGULAMENTO DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS aprovado pela RESOLUÇÃO CPB Nº 01, de abril de 2023, celebram o presente contrato com base nas cláusulas e condições que seguem.

1. CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

- 1.1. Este contrato tem por objeto a **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Plano Coletivo Empresarial de Assistência à Saúde, por intermédio de operadora da saúde coletiva empresarial ou seguradora, em âmbito nacional, conforme especificações contidas no Termo de Referência. do Pregão Eletrônico nº 90.011/CPB/2026**, instrumento do qual deriva este presente contrato.
- 1.2. O fornecimento do(s) item(s) deverá(ao) seguir os procedimentos e especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.
- 1.3. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **Pregão Eletrônico nº 90.011/CPB/2026**, do qual faz parte integrante e complementar, vinculando-se ainda à proposta da CONTRATADA e demais anexos do processo, independente de transcrição.

2. CLAUSULA SEGUNDA DO VALOR CONTRATUAL

- 2.1. Pelo fornecimento do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ XXXX (xxxx); conforme quadro descritivo no item 2.2.

CENTRO DE TREINAMENTO PARALÍMPICO BRASILEIRO
Rod. dos Imigrantes, km 11,5 – Vila Guarani, São Paulo – SP, 04329-100



@braparalímpico



comitê paralímpico brasileiro



@brasilparalímpico



2.1.1. Este (s) preço (s) inclui todos os custos, impostos, taxas, benefícios e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo adequado e perfeito cumprimento do objeto das obrigações do presente contrato, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

2.2. Quadro Descritivo:

GRUPO ÚNICO							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QNT BENEFICIARIOS	MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL PARA 12 MESES
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO COLETIVO EMPRESARIAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COM ABRAGÊNCIA NACIONAL (PLANO I)	Serviço	0	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO COLETIVO EMPRESARIAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COM ABRAGÊNCIA NACIONAL (PLANO II)	Serviço	515	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO COLETIVO EMPRESARIAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COM ABRAGÊNCIA NACIONAL (PLANO III)	Serviço	128	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO COLETIVO EMPRESARIAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COM ABRAGÊNCIA NACIONAL (PLANO IV)	Serviço	5	12	R\$ -	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL: R\$							R\$ -

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTE

3.1. Os preços oferecidos remunerarão todas as despesas com a execução dos serviços citados, e devem compreender todos os custos de mão de obra, transportes, encargos sociais, previdenciários, fiscais, trabalhistas e demais despesas necessárias à correta execução do objeto.

3.2. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data da assinatura do contrato;

3.2.1. O preço contratual poderá ser reajustado de acordo com a variação positiva do índice VCMH (Variação dos Custos Médico-hospitalares), caso o prazo de





execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

- 3.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 3.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 3.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 3.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4. DA CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da nota fiscal**, mediante a apresentação do(s) relatório(s), da nota fiscal de fornecimento executados, atestada pelo departamento demandante, responsável pelo recebimento dos produtos, materiais e/ou equipamentos.
- 4.2. Após devidamente atestada pelo responsável pelo recebimento, a Nota Fiscal será encaminhada para pagamento que ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos, devendo ser efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com a legislação vigente, quando for o caso.
- 4.2.1. A discriminação dos valores e dos equipamentos, materiais e/ou produtos deverão ser reproduzidos na nota fiscal apresentada para efeito de pagamento a qual deverá ser encaminhada para o e-mail nf@cpb.org.br.
- 4.2.2. O não envio da nota fiscal para o e-mail nf@cpb.org.br poderá ocasionar atrasos nos tramites de liquidação.
- 4.3. O CPB poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela empresa contratada, nos termos do Edital e seus anexos.





- 4.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada na pendência de: manutenção das condições de habilitação, comprovação de fornecimento e cumprimento de obrigações assumidas.
- 4.5. O CNPJ da documentação fiscal deverá ser o mesmo da proposta de preço apresentada no respectivo procedimento de aquisição, sob pena de rescisão contratual.
- 4.6. A **CONTRATADA** deverá emitir a Nota Fiscal, acompanhada da documentação a seguir:
- 4.6.1. Regularidade Fiscal
- 4.6.1.1. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica no site do Ministério da Fazenda;
- 4.6.1.2. Certidão de regularidade perante o FGTS;
- 4.6.1.3. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.6.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 4.6.1.5. Certidão de Regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede ou domicílio da licitante.
- 4.6.2. Regularidade Trabalhista
- 4.6.2.1. Enviar quando solicitado a documentação necessária que comprove o cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas, tributárias e fiscais.
- 4.7. No caso de constatação de erros ou irregularidades no documento fiscal comprobatório ou ausência da documentação constante do item 5.6, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciará somente após a apresentação de nova documentação, devidamente corrigida.
- 4.8. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira ou contratual em virtude de penalidade aplicada.
- 4.9. No caso de constatação de erros ou irregularidades no documento fiscal comprobatório ou ausência da documentação que comprove a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, o prazo de pagamento será interrompido e reiniciará somente após a apresentação de nova documentação, devidamente corrigida.
- 4.10. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira ou contratual em virtude de penalidade aplicada.





- 4.11. Previamente ao pagamento, a CONTRATANTE poderá realizar consulta aos órgãos competentes para ratificar a situação de regularidade da CONTRATADA relativamente às condições de habilitação exigidas.

5. DA CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

- 5.1. Além das obrigações constantes descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital de **Pregão Eletrônico nº 90.011/CPB/2026**, cabe à CONTRATADA:

- 5.1.2. Garantir que os serviços sejam executados por equipe técnica profissional devidamente qualificada e com experiência no segmento do objeto deste contrato.
- 5.1.3. Disponibilizar toda a mão-de-obra necessária à execução dos serviços, que deverão fazer parte dos custos do contrato.
- 5.1.4. Prestar ao Comitê Paralímpico Brasileiro, sempre que necessário, esclarecimentos, bem como apresentação de relatórios de execução sobre os serviços prestados, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização.
- 5.1.5. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da licitação.
- 5.1.6. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da prestação de serviço, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas na presente contratação.
- 5.1.7. Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas decorrentes de:
- 5.1.8. Fornece, toda a supervisão, direção técnica e administrativa e mão de obra qualificada necessária à execução dos serviços contratados, bem como também, todos os materiais ofertados em sua proposta comercial e documentos pertinentes a prestação dos serviços, se aplicável.
- 5.1.9. Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização da CONTRATANTE, provendo o fácil acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente as observações, exigências, recomendações técnicas e administrativas por ela apresentadas.





- 5.1.10. Providenciar a retirada imediata de qualquer empregado seu, cuja permanência seja considerada inconveniente para a adequada prestação dos serviços.
- 5.1.11. Indicar o preposto que o representará a prestação dos referidos serviços, para receber as instruções, bem como propiciar à equipe de fiscalização da CONTRATANTE, toda a assistência e facilidade necessárias ao bom e adequado cumprimento e desempenho de suas tarefas.
- 5.1.12. Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato. Não exclui ou reduz essa responsabilidade a fiscalização efetuada pela gestão da CONTRATANTE.
- 5.1.13. Responder civil e criminalmente pela atuação de seus profissionais.
- 5.1.14. Manter seu pessoal uniformizado durante a execução dos serviços, identificando-os através de crachás, contendo nome completo, função, com fotografia recente e provendo-os dos equipamentos de proteção individual - EPIs adequados aos riscos decorrentes da execução do escopo do contratual, garantindo a proteção da integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades quando necessário.
- 5.1.15. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos.
- 5.1.16. Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos, em até 50% (cinquenta por cento) de cada item, quando mensurável, limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor inicial do contratado e suprimidos em até 25% (vinte e cinco por cento), nas mesmas condições, permitida a supressão além do limite de 25% (vinte e cinco por cento), desde que mediante acordo entre as partes.
- 5.1.17. Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais e deste Termo que definam suas obrigações;
- 5.1.18. Executar e cumprir os serviços e prazos mencionados no Termo de Referência.
- 5.1.19. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas;
- 5.1.20. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da prestação de serviços objeto do presente, sem o consentimento por escrito do CPB;





- 5.1.21. Esclarecer, toda e qualquer dúvida que lhe seja apresentada pela CONTRATANTE, no tocante a execução dos serviços, objeto do Contrato.
- 5.1.22. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução dos serviços, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, bem como, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- 5.1.23. Caso a contratante venha a ser demandada por terceiros que se julguem prejudicados, bem como venha experimentar prejuízo patrimonial em decorrência dos serviços prestados pela contratada, esta deverá se responsabilizar pelos pagamentos, indenizações e reembolsos que se façam necessários, inclusive mediante retenção de valores de pagamento se houver contratos ainda vigentes, ou ainda por medidas judiciais cabíveis se a contratada já não mais prestar serviços à contratante.
- 5.1.24. Efetuando-se qualquer retenção nos pagamentos da contratada, nos termos do item anterior, para fazer frente à responsabilização civil, e havendo condenação em valor inferior, a contratante devolverá à contratada o saldo entre o valor retido, sem adicionais de qualquer natureza, e o total do valor da indenização, acrescido das respectivas custas com o processo.
- 5.1.25. É vedada a veiculação de publicidade acerca do objeto, ressalvando o franqueado acesso aos órgãos de controle interno e externo.
- 5.1.26. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o CPB, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 5.1.27. Realizar os serviços de acordo com todas as normas de segurança vigentes, utilizando os equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletivos quando necessários, ficando sob total responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de qualquer acidente que venha vitimar seus empregados em decorrência da execução do objeto do presente contrato.
- 5.1.28. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE de qualquer irregularidade relacionada com os serviços que possa comprometer sua execução e o bom andamento das atividades.
- 5.1.29. Caso seja necessário substituição de qualquer material e equipamento, deverá informar em relatório, que deverá ser acompanhado e devidamente registrado pelo CPB. A substituição deverá ser programada junto a CONTRATANTE;





- 5.1.30. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal.
- 5.1.31. Fornecer, com no máximo três dias de antecedência da data da execução dos serviços, uma relação dos profissionais (recursos humanos) contendo nome completo, RG e CPF, modelo e placa dos veículos utilizados na atividade, para a liberação deles na portaria, por motivos de segurança.
- 5.2. Além das obrigações constantes no **Edital de Pregão Eletrônico nº 90.011/CPB/2026**, cabe à **CONTRATANTE**:
 - 5.2.1. Designar Fiscal responsável pelo acompanhamento dos Serviços/Contrato.
 - 5.2.2. Responsabilizar-se pelo acompanhamento e fiscalização da execução da presente contratação, através do Fiscal da "CONTRATANTE", que deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências verificadas.
 - 5.2.3. Comunicar, imediatamente, por escrito, à "CONTRATADA" qualquer irregularidade observada no decorrer da execução dos serviços.
 - 5.2.4. Esclarecer, prontamente, as dúvidas que lhe sejam apresentadas.
 - 5.2.5. Acompanhar e fiscalizar, os trabalhos a serem desenvolvidos pela Contratada, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento.
 - 5.2.6. Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à Contratada.
 - 5.2.7. Poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos utilizados na execução dos serviços e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no contrato ou em decorrência de norma específica que rege a prestação de serviços objeto do presente.
 - 5.2.8. Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento e/ou a prestação de serviço que estiver em desacordo com este Termo de Referência, podendo até aplicar penalidades ou rompimento do contrato.
 - 5.2.9. Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas neste ajuste de acordo com o edital e as leis que regem a matéria.





- 5.2.10. Encaminhar ao setor responsável, a liberação de pagamento da Nota Fiscal da prestação dos serviços aprovados.
- 5.2.11. Proporcionar ao pessoal técnico da CONTRATADA todas as facilidades operacionais e condições necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades atinentes à execução dos serviços e permitir acesso do pessoal da "CONTRATADA" às instalações, respeitando-se as normas da "CONTRATANTE", no que tange a horários e segurança.
- 5.2.12. Disponibilizar para a CONTRATADA, a tempo e modo, todas as informações, documentos ou quaisquer outras solicitações necessárias.
- 5.2.13. Proceder às retenções de tributos ou outros encargos fiscais previstos em Lei, e que por força desta, se lhe impõe tal atribuição, devendo providenciar o repasse ao órgão ou entidade credora na forma e condições previstas na legislação de regência.
- 5.2.14. Atestar os serviços da CONTRATADA, mediante relatório, de forma a relatar ocorrências da prestação dos serviços.
- 5.2.15. Efetuar o pagamento ajustado dos serviços prestados pela "CONTRATADA", após atestar a nota fiscal.
- 5.2.16. Analisar a solicitação de adequações e reparos, caso seja emitida pelos colaboradores da Contratada, que são indispensáveis ao perfeito funcionamento das atividades desenvolvidas.
- 5.2.17. Manter os locais e as demais dependências da realização dos serviços livres e desimpedidos.
- 5.2.18. Não permitir, em nenhuma hipótese, o ingresso de terceiros aos locais de realização de serviços, bem como intervenção de terceiros estranhos, sem o explícito e prévio consentimento da CONTRATADA, sob pena de responsabilizar-se pelos atos cometidos por tais, nos termos da legislação vigente.
- 5.2.19. Executar qualquer serviço que a CONTRATADA venha a julgar necessário à segurança e ao bom funcionamento do(s) equipamento(s) ou, se for o caso, autorizar sua execução, respondendo junto à fiscalização competente pelo não cumprimento das determinações legais.
- 5.2.20. Zelar pelo bom uso e funcionamento do(s) equipamento(s) do Centro de Treinamento Paralímpico, a fim exercer a supervisão e fiscalização dos serviços por pessoas especialmente designadas.





5.2.21. Examinar a qualquer tempo toda documentação da Contratada, para comprovar suas condições de habilitação.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1. A fiscalização do contrato será exercida pelo **Lucas Bomfim Macedo, responsável pelo Departamento de Recursos Humanos do CPB**, ou, em caso de ausência, ao funcionário que o esteja substituindo, a quem caberá dirimir as dúvidas porventura surgidas no curso da prestação dos serviços, bem como adotar as medidas que se fizerem necessárias para o seu bom e fiel cumprimento.
- 6.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades e não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE.
- 6.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se considerados em desacordo com o contrato ou proposta da CONTRATADA.

7. CLAUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

- 7.1. O presente contrato poderá ser alterado, no interesse do **CONTRATANTE**, por acordo entre as partes, mediante termo aditivo, e com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I. Unilateralmente, pelo **CONTRATANTE:**

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, no limite permitido.

II. Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução do recebimento, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial





**COMITÊ PARALÍMPICO
BRASILEIRO**



atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente comprovação do fornecimento de bens;

- d) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

- 7.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 7.3. A alteração contratual, devidamente motivada, será lançada no respectivo processo de aquisição ou contratação, mediante a celebração do aditamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Além das sanções previstas no capítulo I, do Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas pertinentes, também poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades pela inadimplência das obrigações contratuais, sendo-lhe assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 8.1.1. Multa de 20% (vinte por cento) pela recusa em Assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido ou fazê-lo com atraso, sem a devida justificativa aceita pelo CPB, a qual incidirá sobre o valor do ajuste.
 - 8.1.2. Incidirá na mesma penalidade a não apresentação dos documentos necessários a celebração do ajuste.
 - 8.1.3. Advertência, para os casos de infração de menor potencial e desde que não haja prejuízo para o CONTRATANTE.
 - 8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato ou Ordem de Serviço no atraso no início ou durante a prestação de serviços, ou no caso de execução em desacordo com o previsto em termo;
 - 8.1.5. Caso a execução seja feita de forma parcial, o percentual da multa por atraso incidirá sobre o valor total do(s) serviços prestados(s) em atraso.
 - 8.1.6. Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato ou da ordem de Serviço, pela inexecução parcial dos serviços;





- 8.1.6.1. Caso a execução do serviço seja feita de forma parcial, o percentual da multa por inexecução parcial, incidirá sobre o valor total do(s) serviços(s) não prestado(s).
- 8.1.7. Multa de 30% sobre o valor total do Contrato ou da Ordem de serviços pela inexecução total do contrato, respectivamente.
- 8.1.8. Multa de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento), a depender da gravidade da falta, sobre o valor do Contrato ou da Ordem Serviço, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais penalidades.
- 8.1.9. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas dará ao CPB o direito de rescindir unilateralmente o Contrato, sem prejuízo das outras penalidades previstas.
- 8.1.10. As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme dispõe §7º, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.1.11. O valor da multa aplicada poderá ser compensado com crédito em favor da Contratante.
- 8.1.12. Sendo a multa de valor superior aos pagamentos eventualmente devidos pelo CPB, a Contratada responderá pela sua diferença, devendo realizar o pagamento em favor do CPB no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação de aplicação de penalidade, sob pena ser cobrada judicialmente.
- 8.1.13. Em caso de inadimplemento da multa imposta o valor será corrigido pelo índice IPCA e sofrerá incidência de juros de mora de 1% ao mês.

9. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1. O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo a contratação ser prorrogada, mediante a celebração de termo aditivo, limitado o somatório do tempo das prorrogações ao máximo de 120 (cento e vinte) meses, contados da data da celebração do contrato, conforme disposto no art. 82, REGULAMENTO DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – RAC, APROVADO PELA RESOLUÇÃO CA CPB nº. 01 DE 01 DE ABRIL DE 2023 - alterado por Deliberação da DIREX em 30 de setembro de 2025 e o art. 107 da Lei 14.133/2021, desde que julgado conveniente ao CPB.
- 9.2. Constituem motivo para rescisão do contrato:





- I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - II. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - IV. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - V. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - VI. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 9.3. A rescisão do contrato poderá ser:
- I. Determinada por ato unilateral e escrito do CPB, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do CPB;
 - III. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10. DA CLÁUSULA DÉCIMA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

- 10.1. As partes declaram estar cientes das regras e princípios relacionados com a proteção de dados pessoais previstos na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) - e nas demais determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores sobre a matéria, e concordam com a sua observância para realização de qualquer atividade de tratamento de dados pessoais, necessárias para a execução do objeto deste CONTRATO.
- 10.2. Os dados pessoais coletados incluem, mas não se limitam, as informações de qualificação dos representantes legais, nome e documento das testemunhas e nomes e contato de colaboradores e de prestadores de serviço. A finalidade da sua coleta é





para a execução do objeto deste CONTRATO, conforme disposto no Art. 7º, inciso V, da LGPD.

- 10.3. Os dados pessoais de colaboradores e prestadores de serviço, que porventura forem coletados na execução deste CONTRATO, também poderão ser necessários para atender os interesses legítimos da CONTRATANTE, nos termos do art. 7º, inciso IX, da LGPD.
- 10.4.
- 10.5. As partes se obrigam a proteger os dados pessoais a que venham a ter acesso em virtude ou em consequência da execução deste CONTRATO, por meio da adoção de medidas técnicas, físicas e organizacionais de segurança da informação, bem como se obrigam ao dever de confidencialidade, integridade e sigilo, devendo assegurar que os seus colaboradores, consultores e prestadores de serviços que, no exercício das suas funções tenham acesso ou conhecimento das informações e dados pessoais tratados, estejam, igualmente e por contrato, obrigados ao sigilo profissional. O descumprimento da presente cláusula ensejará a imediata rescisão deste CONTRATO, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil ou criminal.

11. **DA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 11.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.
- 11.2. A CONTRATADA, ciente de que a assinatura deste termo indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
- 11.3. Aplicam-se a este contrato todas as disposições do instrumento convocatório, mediante edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/CPB/2026**, que é parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição.
- 11.4. Fica a contratada ciente de que a simples assinatura deste implica aceitação de todas as suas cláusulas e condições.
- 11.5. Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação aplicável aos contratos administrativos.
- 11.6. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não





relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

- 11.7. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do presente, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.011/CPB/2026**.
- 11.8. Compromisso de Compliance, Antissuborno e Anticorrupção. As partes declaram conhecer as normas de responsabilização, combate e prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, em especial os dispositivos do Código Penal Brasileiro, da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e do Decreto 11.129/2022, bem como do Código de Conduta Ética e das Políticas de Integridade do CPB, e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus funcionários e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados. Adicionalmente, as PARTES desde já se obrigam a não dar, oferecer ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto do contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, colaboradores e quaisquer terceiros relacionados ajam da mesma forma.
- 11.9. Os signatários deste CONTRATO declaram, sob as penas da Lei, que são representantes legais das Partes aqui estabelecidas, devidamente constituídos dos respectivos Estatutos/Contratos Sociais ou com procuração contendo plenos poderes para assumir as obrigações ora contraídas.
- 11.10. As partes aceitam integralmente que as assinaturas do CONTRATO possam ser realizadas através de assinatura eletrônica, sendo o presente CONTRATO irrevogavelmente considerado por todos que o assinam, com prova documental e título executivo extrajudicial, para todos os fins e efeitos.
- 11.11. O contratado se compromete a NÃO utilizar, em todas as contratações, qualquer forma de trabalho análogo à escravidão, exploração de trabalho infantil, forçado ou degradante, ou ainda contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 11.12. As partes declaram que conhecem e cumprem as legislações de proteção e de defesa da Pessoa com Deficiência, especialmente, a Lei de Cotas nº 8.213 de 24/07/1991 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) nº 13.146 de 06/07/2015.





12. **DA CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

- 12.1. Fica eleito o Foro do Município de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.
- 12.2. E, assim, por estarem justas e acordadas as partes firmam o presente instrumento, com a ciência das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

São Paulo, XX de XXXXXX de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 -

2 -
